

**RELATÓRIO 2018**

# **CIRCUITO DE FAVELAS POR DIREITOS**





# SUMÁRIO

SUMÁRIO	3
APRESENTAÇÃO	4
PARTE I	9
ANTECEDENTES	9
MATRIZ DAS VIOLAÇÕES RECORRENTES	34
TEXTOS COMUNITÁRIOS	42
DEPOIMENTOS DE QUEM PARTICIPOU	
DO CIRCUITO DE FAVELAS	39
PARTE II	39
TEXTOS INSTITUCIONAIS	48
LINHA DO TEMPO	85
PARTE III	85

# APRESENTAÇÃO

**André Castro**

Nos primeiros dias após o Decreto Federal de Intervenção Federal na Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro a Defensoria Pública expressou sua grave preocupação em relação a esta medida extrema do ordenamento jurídico e do risco de acentuar procedimentos de supressões de direitos da população, em particular da população mais pobre, residente em favelas e periferias do Estado. O incremento do poderio bélico e a afirmação de um território a ser capturado referendavam a realizações de práticas temerárias em relação aos direitos destas populações.

Como diretriz duas providências básicas. Reforçar os procedimentos jurídicos antidiscriminatórios, ou seja, promover ações que evitem tratamento antecipados criminalizados de territórios e das populações

mais vulnerabilizadas, tais como os mandatos de busca e apreensão genéricos, bastante noticiados na grande mídia; e além disso, um segundo procedimento assumido, que deu origem ao Circuito de favelas por Direitos, era o compromisso de estar próximo aos territórios populares, reconhecendo nestas localidades a necessidade de criar um ambiente de proteção e promoção de Direitos.

Desta forma, a defesa incondicional das prerrogativas legais e a afirmação de estar efetivamente presente nos territórios impulsiona um formato de atuação desafiador e fundamental para as Defensorias Públicas, de alinhar intrinsecamente a excelência técnica, com a proximidade e conhecimento dos espaços de violações.

Para tanto a Ouvidoria foi um canal fundamental, ao ser capaz de mobilizar parceiros públicos e da sociedade civil para juntos assumirem esta empreitada, capaz de manter um calendário permanente e intenso, arregimentando pessoas e instituições, e promovendo uma escuta diferenciada e qualificada, possibilitando gerar empatia e solidariedade entre aqueles que falam e escutam. Tem uma relevância incrível no desafio de construções de pontes entre instituições públicas e a população.

O trabalho ambicioso de escutar centenas de relatos e sistematizá-los, em si é uma imensa contribuição, porém, sua força disruptiva de um silêncio oprimido, e a possibilidade de partilha e visibilidade, fazem desta iniciativa emblemática e promissora. Revelar, pela força dos relatos apresentados, situações de violações pelas quais convivem cotidianamente estas populações nos torna ainda mais responsáveis pela defesa e promoção dos Direitos nestas áreas.

O relatório parcial foi entregue ao Ministério Público, ao Gabinete da Intervenção e a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. Também chegou as autoridades nacionais e aos comissinados da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Assim como foi partilhado entre organizações da sociedade civil, academia e movimentos sociais.

Neste relatório final de 2018, fica o reconhecimento daquelas centenas de pessoas que se dispuseram a estar no Circuito de Favelas por Direitos, aos defensores e defensoras, a equipe da ouvidoria, e a cada um e cada uma das pessoas e instituições parceiras., mas sobretudo, neste documento final, tem o desejo de que aquelas pessoas que generosamente compartilharam de situações vivenciadas se vejam retratadas e reconhecidas. Este é um documento de múltiplos dizeres, que nos impulsiona a escutar e agir.



# RELATOS DE MORADORES

“TEM SEMPRE TRÊS QUATRO MAIS NERVOSOS E MAIS ABUSADOS E A GENTE MULHER SOFRE MAIS COM ISSO. MINHA FILHA ESTAVA TOMANDO BANHO, DOIS POLICIAIS SAÍRAM ENTRANDO NA MINHA CASA OLHANDO TUDO, UM FOI NO BANHEIRO E ABRIU A CORTINA COM ELA PELADA DENTRO. ELA GRITOU E ELE DISSE “CALA A BOCA SUA PIRANHA!”

“O CAVEIRÃO SEMPRE VEM TAMBÉM, PIOR É QUE ELE CHEGA NA PARTE QUE NEM SANEAMENTO TEM. VEM NA ÁREA MAIS CRÍTICA, MAIS POBRE, ARREBENTAM COM OS NOSSOS BARRACOS. **OS POLICIAIS CHAMAM A GENTE QUE É MULHER DE PIRANHA.** DÃO TIRO PRO ALTO PRA GENTE SAIR DA RUA. MAS QUAL A DIFERENÇA DE ESTAR NA RUA OU EM CASA, SE EU MORO NO BARRACO? NÃO TENHO NENHUMA PROTEÇÃO NÃO! ELES ENTRAM NAS NOSSAS CASAS, MEXEM NA PANELA, ABREM A GELADEIRA. ACHAM QUE TUDO O QUE A GENTE TEM É ROUBADO, PEDEM NOTA, TEM QUE TER NOTA DE TUDO?”.

MORA LÁ EM CIMA UMA SENHORA CEGA. ELA CONTOU QUE UM PM ENTROU NA CASA DELA JÁ AGREDINDO ELA COM UM TAPA NA CARA, ELA GUARDAVA R\$700,00 EM CASA. ELES PEGARAM O DINHEIRO DELA.

COMERCIANTES RELATAM QUE AS POLÍCIAS ENTRAM NAS CASAS E NOS COMÉRCIOS. E QUE SE NÃO TIVER COM IDENTIDADE, OS POLICIAIS BATE, AGRIDEM, TIRAM FOTOS DE TODO MUNDO, POR ISSO, NEM COMPRAR PÃO OS MORADORES VÃO SEM IDENTIDADE.

# RELATOS DE MORADORES

“UMA SENHORA DE 68 ANOS, JÁ TENDO SOFRIDO 3 INFARTOS E 1 AVC, ESTAVA SENTADA NA PORTA DE CASA E NOS RELATOU VÁRIOS EPISÓDIOS DE INVASÃO DO SEU DOMICÍLIO POR POLICIAIS MILITARES. UMA VEZ, ELA ESTAVA SENTADA NA PORTA DE CASA QUANDO UM POLICIAL INSISTIU PARA ENTRAR, MAS A CASA TEM DOIS CACHORROS BRAVOS. COMO A SENHORA IDOSA ESTAVA SOZINHA E NÃO TINHA FORÇAS PARA PRENDÊ-LOS, O PM COMEÇOU A INSULTÁ-LA. ELES FIZERAM-NÃO SE LEVANTAR DE SUA CADEIRA PARA SUBIR NELA E, ASSIM, SUBIR NO MURO. QUANDO O PM FEZ ISSO, O CACHORRO QUASE PULOU EM CIMA DELE, FAZENDO COM QUE DESISTISSE DA EMPREITADA. EM UMA OUTRA VEZ, ERAM 6H DA MANHÃ E SEU NETO FOI ACORDADO COM UM FUZIL NA CARA E PMS REVIRANDO COISAS NA CASA. INFELIZMENTE, ESSA SENHORA POSSUÍA MUITAS OUTRAS HISTÓRIAS DE VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO QUE NÃO FUI CAPAZ DE ANOTAR TUDO. É UMA AÇÃO QUE SE REPETE INÚMERAS VEZES E NÃO IMPORTA SE É UMA SENHORA IDOSA.”

2006



Nº 7 DEUS  
PROTEJA ESTA  
CASA

BRASIL



10



A intervenção Federal na Segurança Pública no Rio de Janeiro foi decretada em 16 de fevereiro de 2018 sob a perplexidade de especialistas da área de Segurança, com desconfiança pelas forças policiais, com temor pelos movimentos sociais, das organizações civis e acadêmicas, com surpresa por parte das forças armadas, dúvidas das instituições públicas e silêncio por parte significativa das instituições de Justiça. Entretanto tratada com alta expectativa pela grande mídia e o conjunto da população que demonstravam crença e apoio, inclusive a população mais pobre. Sua aprovação gravitou em torno de 80% da opinião pública à época.

Determinada em plena semana do carnaval, anunciava-se como uma resposta ao sentimento de medo preponderante no Rio de Janeiro e da fragilidade da gestão estadual do Governo do Rio. As imagens difundidas durante o carnaval - justamente de um dos carnavais recentes com menores registros de violência - criaram o ambiente propício. Os índices de mortes violentas no Rio - apesar de bastante elevados - eram inferiores, quando comparados a outros estados brasileiros e mesmo a crise institucional do Estado do Rio de Janeiro já se encontrava em seu momento mais estável. As justificativas de implementação de tal medida extrema pareciam minimamente questionáveis.

Em 2018 os eleitores iriam decidir novos rumos na gestão pública e o tema da Segurança despontava com protagonismo. A proposta da Intervenção Federal parecia sugerir a criação de um novo formato institucional de modelo exportação. Sua condição juridicamente gravosa e bélica correspondia ao desejo de boa parte da população nacional e, no ano em que a Constituição Federal completava trinta anos, tratava de reprogramar seu arranjo institucional, e alterando, por decreto, a relação de comandos das polícias estaduais, o papel da união e das forças armadas.

Uma medida com tamanho vulto administrativo, institucional e financeiro com prazo de duração de aproximadamente 300 dias? Dotar de caráter militar um ato delegado do presidente da República de assumir provisoriamente um estado membro em regime de exceção? Ou ainda uma medida das mais drásticas previstas na institucionalidade democrática - que, por exemplo, interrompe o funcionamento pleno do Congresso Nacional sendo - curiosamente - anunciadas em tom celebrativo entre interventor e interventado? O que significava este conjunto de elementos reunidos?

Um fator imediato se destacava. Investir na ampliação do aparato bélico em um ambiente já fortemente conflagrado aumenta significativamente os riscos de elevar a letalidade e os confrontos, e acentuar ainda mais o histórico processo de vulnerabilidade e violações vivenciados cotidianamente moradores de favelas e periferias do Rio de Janeiro.

Neste contexto, envolto de perplexidade e preocupações, que a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, logo nos dias subsequentes a publicação do Decreto, lança nota<sup>1</sup> institucional, sendo uma das primeiras e das poucas instituições públicas a assim fazerem, externando sua especial

---

<sup>1</sup> [<http://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/5580-Nota-Publica-DPRJ-se-manifesta-sobre-intervencao-federal>]

preocupação quanto o aprofundamento da militarização das políticas de segurança no estado e na potencial ampliação de práticas violadoras dos direitos dos moradores de favelas e periferias do Rio de Janeiro.

Um trecho da nota informa lançada pela Defensoria à época dizia: “O combate ao crime não autoriza a prática, pelo Estado, de violações de direitos individuais, como prisões sem ordem judicial ou flagrância, invasões de domicílio ou os já anunciados mandados de busca e apreensão coletivos – medidas sem respaldo constitucional e que penalizam apenas a população pobre.”. O foco, conforme sua atribuição legal determina, consistia em promover medidas de proteção dos Direitos da população mais vulnerável.

A Defensoria Pública do Rio de Janeiro assume, naquele momento, compromisso de reforçar sua atuação pelas vias judiciais formais, de promover o acesso nas cortes internacionais, em reforçar iniciativas pedagógicas, de intensificar a defesa nas audiências de custódia e destacadamente, estar próximo dos territórios de favelas e periferias, constituindo-se em um espaço de escuta qualificada e educação legal.

Um conjunto destas iniciativas encontra-se sob liderança da Ouvidoria Geral da Defensoria do Rio de Janeiro e outras iniciativas a cargo do Núcleo de Direitos Humanos ou a cuidados da Coordenação Criminal, com primorosa contribuição da equipe de Custódia. Em todas prevalece a orientação de estreitar diálogos com órgãos estatais e organizações da sociedade civil com o intuito de fortalecer o cumprimento das garantias legais do conjunto da população.

Destas referências surge o “CIRCUITO FAVELAS POR DIREITOS”, uma iniciativa que reúne órgãos públicos e organizações civis, capazes de promover uma escuta qualificada e permanente - durante a Intervenção Federal na Segurança Pública - em favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Em 2018 o “Circuito” fechará com 30 favelas percorridas, quase 60 Defensores Públicos presentes nas comunidades da Região Metropolitana, juntamente com servidores, advogadas, estudantes, professores, pesquisadores, ativistas, moradores das favelas, gestores públicos, acadêmicos, e tantos outros participantes, que aproximam de três centenas de pessoas presentes, representando mais de 35 instituições comprometidas e apoiadoras desta iniciativa.

Ao longo dos quase 08 meses de funcionamento do Circuito foram sistematizados cerca de 500 relatos pessoais, a partir de vivências pessoais, recolhidos nas ruas, becos, casas e espaços comunitários. Relatos aguçados pela presença das marcas de tiros expostas ou pela reconstituição improvisada na descrição do interlocutor.

O atual relatório se propõe a apresentar, de forma breve, esta iniciativa e retratar o grave cenário ao qual estão submetidas as moradoras e os moradores de favelas, particularmente no respeito de seus Direitos Civis. As próximas páginas resultam do desejo de servir de instrumento de mudança e recomposição da agenda pública no Rio de Janeiro onde pessoas e instituições são chamadas a conhecer os relatos e intervir por mais Direitos, Respeito e Empatia.



“FUI TIRADO DA MINHA CAMA 5:30 DA MANHÃ, ESTAVA DORMINDO, FUI JOGADO NO BECO PRATICAMENTE SEM ROUPA E COMEÇARAM A ME AGREDIR MESMO EU FALANDO QUE ERA TRABALHADOR E MINHA MÃE MOSTRANDO A CTPS. A MINHA SORTE, FOI QUE OS VIZINHOS TODOS SAÍRAM DE CASA E IMPEDIRAM QUE FIZESSEM PIOR COMIGO.”

“EU TAVA COM A MINHA FILHA, AMARANDO O CABELO DELA, AÍ VEIO UMA FUMAÇA, ERA GÁS. MINHA FILHA DISSE: MAMÃE, NÃO TO CONSEGUINDO RESPIRAR. ACHO QUE ERA REPRESÁLIA PORQUE COLOCAMOS UM PAPEL PRA AVISAR QUE TINHA CRIANÇA EM CASA E EVITAR OS TIROS. MINHA FILHA FICA APAVORADA, ELA TEM 7 ANOS, ELA CHORA, NÃO QUER IR PRA ESCOLA, DIZ QUE NÃO QUER ME DEIXAR AQUI SOZINHA PORQUE TEM MEDO DE ME PERDER. JÁ PEDIRAM PRA ENTRAR E REVISTAR, VEIO COM CACHORRO. A GENTE NÃO SABE O HORÁRIO QUE VAI COMEÇAR A DAR TIRO. QUANDO COMEÇA, EU BOTO A MINHA FILHA NO CHÃO E DEITO EM CIMA DELA.”

“PEGARAM MEU SOBRINHO E FALARAM QUE ERA TRAFICANTE”. ME PEDIRAM 5 MIL REAIS PRA DAR NA MÃO DELES, SABENDO QUE VOCÊ NÃO DEVE NADA, ENTENDEU, NUNCA ENTROU NUMA DELEGACIA, NUNCA DEVEU NADA PRA NINGUÉM PRA PASSAR POR ESSE TIPO DE COISA? É COMPLICADO!”

RELATÓRIO  
DE MORADORES

# RELATOS DE MORADORES

“NOS SENTIMOS MUITO SEGUROS NA FAVELA QUANDO NÃO TEM POLÍCIAS. A POLÍCIA MILITAR É A QUE MAIS APARECE E FAZ BARBARIDADE. UM MENINO MORREU BALEADO PELA POLÍCIA E ELE MORREU TAMBÉM PORQUE A POLÍCIA NÃO DEIXOU OS MORADORES LEVAR ELE PRO HOSPITAL”.

“MEU CUNHADO FOI BALEADO PELA POLÍCIA NA PERNA, ELE ESTAVA CAÍDO. EM VEZ DE PRENDER ELES DERAM OUTRO TIRO E FOI NA BARRIGA, ELE MORREU. NÃO DEIXARAM A GENTE CHEGAR PERTO, JOGARAM SPRAY DE PIMENTA E BALA DE BORRACHA. DEPOIS JOGARAM O CORPO DENTRO DA MALA DO CARRO DA POLÍCIA, O BRAÇO FICOU PRA FORA E ELES FECHARAM A PORTA ASSIM MESMO, QUEBRANDO O BRAÇO, ELE JÁ TAVA MORTO, MAS ISSO FOI NA FRENTE DA FAMÍLIA”.

“O GAROTO ERA DO TRÁFICO, MAS ESTAVA OLHANDO O CELULAR, NEM SABIA QUE A POLÍCIA ESTAVA ALI E FOI ABATIDO PELO POLICIAL DE LONGE. ISSO NÃO TÁ CERTO PORQUE A GENTE NÃO TEM PENA DE MORTE, MAS SE O GOVERNADOR MESMO DISSE QUE VAI FAZER ISSO...”

O MORADOR RELATOU QUE A POLÍCIA CIVIL FEZ UMA OPERAÇÃO DEVIDO A MORTE DE UM POLICIAL. CONTOU QUE A CHAMADA OPERAÇÃO VINGANÇA QUE TERIA DEIXADO CINCO MORTOS INICIOU COM POLICIAIS ENTRANDO NA FAVELA E GRITANDO “CAIU UM DOS NOSSOS AGORA VÃO CAIR DEZ DE VOCÊS”.

## MOTIVAÇÃO PARA AÇÃO

Considerando a amplitude do mandato do Interventor Federal na Segurança Pública e o anúncio de suas medidas prioritárias que incluíam, positivamente, entre outras, ações de enfrentamento à corrupção policial, reorganização do sistema prisional, redução de crimes e de roubos de carga e veículos, duas preocupações se destacavam pela ênfase dada a sua intensificação: As prisões provisórias e as operações militares em favelas.

A seletividade do sistema prisional e a desconexão entre o ordenamento jurídico e o tratamento e reconhecimento de direitos às quais estão expostas cotidianamente as pessoas que moram ou frequentam as favelas são graves problemas que precisam ser gerenciados de maneira responsável e complexa na agenda pública. Intensificar sua prática sem alterar sua lógica, em larga medida significa, ampliar as desigualdades de direitos e agravar um cenário já bastante temeroso.

Não se trata de afirmar a intencionalidade do cometimento das violações recorrentes no sistema de justiça ou praticadas no interior das comunidades por parte de agentes estatais, que são bastante anteriores à Intervenção Federal na Segurança Pública, mas ao potencializar os mesmos mecanismos, sem medidas de controle e garantias legais, termina-se por reafirmar sua existência.

Por isso, aos discursos reafirmadores do modelo atual, a partir do decreto da intervenção, são adicionados elementos potencializadores de um quadro propulsor de violências historicamente estabelecidas, tais como:

- 1. AMPLIAÇÃO DO PODERIO BÉLICO DE CONFRONTO NO TERRITÓRIO;**
- 2. REFORÇO DO DISCURSO DE DOMINAÇÃO DO TERRITÓRIO E CRIAÇÃO DO INIMIGO;**
- 3. INSUFICIENTES MEDIDAS DE CONTROLE DO USO EXCESSIVO DA FORÇA E DAS ARMAS DE FOGO.**





Defensoria no Complexo da Penha  
Thathiana Gurgel

Considerando que boa parte deste cenário de violações ocorra de maneira silenciosa e longe dos registros públicos e, conseqüentemente, sem existência formal e material, sendo assim opacos aos órgãos de segurança responsáveis (delegacias, corregedorias e ouvidorias) ou ainda as instâncias do sistema de Justiça (Ministérios Públicos e Defensorias Públicas) é que o “Circuito Favelas por Direitos” propõe, de forma inédita, realizar uma escuta qualificada de moradores de favelas colhendo depoimentos de dinâmicas repetidas de práticas violadoras de Direitos, a partir da presença regular nos territórios.

A descrição dos fatos, mesmo quando acompanhadas das lágrimas fortuitas de quem narra ou de quem escutava, revelam a necessidade de partilha de algo introjetado e sofrido. Que encontram conforto em gestos de solidariedade e afeto. A escuta interessada e disponível é um ato de interação, seu propósito é romper com o silêncio e surdez funcional estabelecidas.

O registro dos relatos não se propõe a servir como instrumentos de apuração ou punição. São analisados de maneira coletiva e sistematizada. Sua importância se reconhece pela repetição e similaridade com que são descritos, indicando uma prática recorrente e padronizada. Suas soluções devem ser encaradas de forma sistêmica, articulada e transparente.

A presença periódica em ambientes conflagrados, por um grupo de organizações estatais e civis, possibilitou acompanhar as evoluções e reações experimentadas diretamente nas favelas do Rio de Janeiro durante a intervenção Federal. Extrair do território dados que reafirmam o tratamento legal diferenciado experimentados por moradores de favelas e aqueles viventes no conjunto da Cidade.

A evidente a disparidade no tratamento dentro e fora das favelas, notadamente por parte das forças de segurança, mostra que a cidadania, determinada por um conjunto de variáveis, sofre intensa influência do território onde se materializa. Realizar as visitas regulares nos permitiu a observação prática e a confirmação empírica desta percepção.

Os registros mostram os dissabores pelos quais passam moradores de favelas, espremidos entre a presença ostensiva de grupos criminosos fortemente armados e os abusos reiterados pelas forças de segurança no território. São relatos que expõem o cotidiano perverso de medo e invisibilidade ao qual centenas de milhares de pessoas no Rio de Janeiro estão submetidas. Desalento e solidão são alguns dos sentimentos que saltam aos olhos, como bem ressaltou uma das Defensoras Pública que acompanha o Circuito: *“O poste prestes a cair e a morte do neto seguem a mesma fatalidade, em um sufocamento anestesiante e brutal”*.





Circuito Favelas por Direitos  
em Morro dos Prazeres  
foto: Luiz Felipe Rocco



**OS ESFORÇOS DE ESCUTA QUALIFICADA INDICAM PRÁTICAS REPETIDAS POR AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA – E POR ISSO SISTEMÁTICOS – ANCORADOS NO DESRESPEITO ABSOLUTO AOS PADRÕES NORMATIVOS VIGENTES, QUE DETERMINAM A QUEM SE ENCONTRA DENTRO DE UM CIRCUNSCRITO PERÍMETRO GEOGRÁFICO, A APLICAÇÃO DA LEI É DISTINTA DO CONJUNTO DA CIDADE.**

## METODOLOGIA

O “Circuito Favelas por Direitos” se caracteriza pela articulação de órgãos públicos e organizações da sociedade civil percorrendo territórios de favelas escutando e registrando os relatos de moradoras e moradores destas localidades a respeito das violações sofridas por agentes de Segurança do Estado.

Seguindo inspiração no modo de atuação do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, a iniciativa estabelece um modelo simples e ousado de operacionalidade. De um lado constituindo uma rede de apoio - composta por órgãos e entidades externas à favela que se dispõe a registrar os relatos - e de outro lado uma rede de anfitriões – associações e grupos comunitários que se dispõem a acolher a iniciativa no território. A rede de apoio pode ter presença constante ou pontual.



### **A ESCOLHA DAS LOCALIDADES SEGUE DUAS REFERÊNCIAS:**

- 1.** caráter sistemático – em que são identificadas regiões historicamente mais afetadas pela violência de Estado;
- 2.** casos de emergência – onde são priorizados ambientes com passagem recente de operação das forças de segurança.

A inserção da comunidade é estabelecida em comum acordo com moradores/instituições locais, onde são destacadas as características da localidade, reconhecendo assim as diferenças entre cada uma e suas possibilidades de acolhida.

### **O PROCESSO DE ESCUTA BUSCA ALCANÇAR DOIS EFEITOS IMEDIATOS:**

- 1.** Promover a presença simbólica e expressiva de órgãos públicos e organizações sociais no interior das favelas, contribuindo para o rompimento da lógica imperante da invisibilidade, e estabelecendo conexões de solidariedade e empatia;
- 2.** Sistematizar os relatos sobre violações escutados em insumo para revisar as políticas públicas de garantias de direitos, incidindo em organismos do Sistema de Justiça e Segurança Pública.

Um ponto relevante e fortemente explicitado aos moradores consiste no fato de serem recolhidos relatos e não denúncias. Isso significa que a escuta é centrada na descrição dos procedimentos repetidos e não na produção de provas ou apuração dos episódios especificamente narrados.

## **A ESTRATÉGIA ATENDE A DOIS PROPÓSITOS:**

- 1)** Identificar padrões de atuação das forças de segurança
- 2)** Preservar os interlocutores e transferir para ambientes adequados e especializados o registro de denúncias específicas quando desejado pelas partes envolvidas. Nos casos de denúncias estes são encaminhados para o DEFEzap, a Comissão de Direitos Humanos da Alerj ou a Ouvidoria da Defensoria Pública do RJ, todos membros constantes do Circuito.

Esta questão tem rebatimento também na elaboração deste relatório final, onde locais e nomes são preservados, não sendo individualizados ou comparativamente quantificados. O resultante sistematizado, até o momento, traduz principalmente a repetição e operacionalidade das práticas abusivas de acordo com os relatos recebidos. Dezenas de casos individuais demandam apuração e eventual responsabilização mas, nesta rodada inicial, optamos em apresentar neste relatório uma visão conjunta do cenário e dos casos.

## **ESTE DOCUMENTO SE ESTRUTURA NA COMBINAÇÃO DE TRÊS PREMISSAS PRINCIPAIS.**

- 1.** A escuta ser realizada na localidade onde os conflitos acontecem, o território é um elemento decisivo na compreensão dos fatos ocorridos, na compreensão da temperatura da tensão e na confiança dos moradores;
- 2.** A dinâmica adotada consiste em escutar relatos narrados em primeira pessoa, cenas vivenciadas ou assistidas diretamente pelas centenas de



interlocutores abordados. São relatos que expressam vivências e práticas repetidas em cada uma dos becos e vielas percorridas. Os interlocutores são ocasionais e os relatos espontâneos.

**3.** Os registradores são pessoas externas, de distintos órgãos e instituições, com o intuito de reverberar as falas dos moradores, destacando a essência de suas mensagens, fazendo-os anônimos e protagonistas.

**OS RELATOS REUNIDOS PODEM TER SIDO GRAVADOS E POSTERIORMENTE TRANSCRITOS, DIRETAMENTE ANOTADOS PELOS PARTICIPANTES DO CIRCUITO OU PODEM SER SÍNTESES DOS CASOS NARRADOS PELOS MORADORES.**

**IMPORTANTE AINDA RESSALTAR, NÃO SE TRATAR DE UMA PESQUISA, COM SEUS REQUINTES METODOLÓGICOS, MAS DE UMA PRÁTICA RESPONSÁVEL DE COLETA E SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES QUE TRADICIONALMENTE NÃO CHEGAM DE MANEIRA SISTEMATIZADA AO CONHECIMENTO PÚBLICO, DIFICULTANDO ATITUDES DIRECIONADAS À SUA SUPERAÇÃO.**

# RELATOS DE MORADORES

“ELES ATIRAM PARA O ALTO DURANTE O DIA, DE MADRUGADA... NÃO TEM TIRO COM BÂNDIDO”.

UM MORADOR RELATOU QUE A COMUNIDADE NÃO SABE MAIS QUEM É POLÍCIA E QUEM É BÂNDIDO. CONTOU QUE A POLÍCIA EMPRESTA A FARDA PRA GENTE DA FACÇÃO QUE TÁ DISPUTANDO O TERRITÓRIO E QUE ELES SÓ SABEM ÀS VEZES PELO CALÇADO (BOTA OU TÊNIS). RELATOU A HISTÓRIA DE UMA MÃE DE UM JOVEM DESAPARECIDO QUE ESTAVA HÁ SEMANAS TENTANDO SABER O QUE HOVE COM SEU FILHO QUE FOI TIRADO DE DENTRO DE CASA POR POSSÍVEIS POLICIAIS. ESSA MÃE, QUE ESTAVA PRESENTE TAMBÉM, DISSE TER OUVIDO DE UM DOS POLICIAIS QUE SE ELA QUISESSE O CORPO DO FILHO TERIA QUE LEVAR O JACARÉ JUNTO. RELATOU TAMBÉM QUE ULTIMAMENTE É RECORRENTE O SUMIÇO DE JOVENS E DE BOATOS DE QUE APÓS A EXECUÇÃO ELES SERIAM JOGADOS PARA OS JACARÉS COMEREM.

“NO DIA DAS CRIANÇAS FIZEMOS UMA FESTA AQUI. FOI UM SUCESSO. OS COMERCIANTES GANHARAM DINHEIRO VENDENDO, TEVE PULA-PULA, DJ, MAS AO FINAL VEIO A PM E ATEARAM FOGO NAS CAIXAS DE SOM. ELES FAZEM O QUE QUEREM.”

Como resultante deste trabalho foram apresentadas sugestões e recomendações aos órgãos competentes com vistas a dar maior visibilidade e resolatividade às situações descritas neste material.

Por fim, o esforço metodológico inclui como elemento central o caráter pedagógico desta iniciativa para as instituições do poder público, organizações sociais, moradores de favelas, órgãos do Sistema de Segurança e Justiça.

Os procedimentos sugeridos preveem diálogos com os diversos setores e o forte compromisso com a agenda pública de transformação, que assegure a todos os moradores, de favela ou não, a condição de serem acolhidos dentro dos princípios estabelecidos no Estado Democrático de Direito. Nem mais, nem menos.



## A REALIZAÇÃO DO CIRCUITO

O Circuito Favelas por Direitos inova o formato tradicional de atuação das organizações sociais e públicas, pois reconhece as imensas barreiras no acolhimento dos relatos das violações cotidianas em que estão submetidos os moradores de favelas e assume a tarefa de mover-se em direção aos territórios permitindo conhecer e compartilhando os dramas e potencialidades experimentadas pela população tradicionalmente exposta às violações de seus direitos fundamentais.

Cada Circuito é composto por participantes oriundos de instituições de defesa de direitos (rede de apoio) em diálogo com atores locais (rede de anfitriões). Em regra, mobiliza-se um grupo de cerca de 15 e 25 pessoas que andam de maneira conjunta, distribuindo-se em duplas ou trios, pelas vielas, becos e comércio das favelas, sempre conduzidos por moradores locais. As datas preferenciais da visita são segundas e sextas feiras, no período diurno, com vista a facilitar a presença de Defensores Públicos. As visitas são precedidas de uma reunião de planejamento, no território, estabelecendo roteiro, horários e atividades a serem cumpridas. O planejamento e calendário, definido mensalmente, ficam a cargo da Ouvidoria da Defensoria Pública do RJ, que tem a tarefa de compartilhar esta ação entre as instituições participantes.

O Circuito inicia com uma reunião de explicação da proposta, apresentação dos participantes e com a escuta da expectativa dos moradores locais. Os anfitriões expõem um pouco do contexto e apresentam o percurso a ser cumprido.





Circuito Favelas por Direitos na Rocinha  
foto: Thathiana Gurgel

Durante o Circuito, as instituições externas têm a responsabilidade de colher os relatos sobre violações presenciadas pelos próprios interlocutores. São narrativas testemunhais, preferencialmente reforçadas pela demonstração material das violações. Na descrição dos relatos estimula-se que sejam inseridos detalhes do contexto, mas preservados a identidade e territórios. A abordagem muitas vezes é estabelecida com a entrega da cartilha<sup>5</sup> e apresentação da presença externa no território, que já é evidente pela própria movimentação. As apresentações, não raro, são precedidas por uma “validação” pelo anfitrião do Circuito.

O percurso dura entre 2 e 3 horas e inclui os locais de maior movimento, comércio e regiões mais atingidas pelos confrontos armados. A dinâmica tem sido abordar moradoras e moradores em casa, ruas, becos ou vielas, recolhendo suas experiências, sempre doídas e abafadas pela descrença e absoluta ausência de confiança nas instituições.

#### **INSTITUIÇÕES DE APOIO CONSTANTE:**

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Alerj  
 Defensoria Pública da União  
 Defensoria Pública do Estado RJ  
 DEFEzap  
 Federação de Favelas do RJ (Faferj)  
 Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Luiza Mahin - FND  
 Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro  
 SubSecretaria de Estado dos DH

<sup>5</sup> Cartilha elaborada de forma conjunta entre a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e a Defensoria Pública da União, discutida coletivamente com organizações da sociedade civil e da academia.

### **INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DE PRESENÇA ESPECÍFICA:**

Associação Apadrinhe um Sorriso  
Brigadas Populares  
Casa Fluminense  
Coletivo Fala Acari  
Coletivo Papo Reto  
Coletivo Resistência CDD  
Jornal CDD Acontece  
Comissão Popular da Verdade  
CSU (Salgueiro)  
Fogo Cruzado  
Fórum Grita Baixada  
Instituto de Estudos da Religião (ISER)  
Justiça Global  
Luta Pela Paz  
Mariana Crioula  
Movimento Popular de Favela  
Observatório da Intervenção  
Observatório de Favela  
Rede Contra a Violência  
Redes da Maré  
Renap  
Núcleo de DH da PUC  
Human Right Watches

## PERFIL DOS PARTICIPANTES DO CIRCUITO<sup>2</sup>

	AC	DP	GP	DIV	LL	MS	OSC	S/E	TOTAL
ROCINHA	8	4	1	1	15	2	1	7	44
MANGUEIRINHA	3	4	1	1	5	2	0	6	21
CIDADE DE DEUS	3	3	6	6	4	2	1	6	25
SALGUEIRO (SG)	1	3	0	0	6	3	3	5	21
MANGUERINHA	3	2	1	1	4	3	1	7	21
ACARI	2	4	4	4	4	0	2	4	20
CHAPADÃO	0	2	2	2	5	2	1	3	15
CPX. DA PENHA	1	3	2	2	4	0	2	4	16
SALGUEIRO	1	3	3	3	3	1	5	7	23
ALEMÃO	3	1	1	1	5	5	3	6	26
CPX. DA PENHA	2	2	3	3	2	1	0	4	14
JACAREZINHO	1	3	1	1	5	3	1	6	20
VILA VINTÉM	0	3	1	1	3	1	3	7	18
BABILÔNIA	3	2	1	1	3	0	0	4	13
CHAPADÃO	2	4	3	3	11	1	2	6	29
COROA	1	2	1	1	3	2	2	7	18
VILA BEIRA - MAR	3	1	2	2	2	1	0	4	13
CINCO BOCAS	0	1	2	2	2	1	1	5	12
CIDADE DE DEUS	0	3	1	1	7	2	0	9	25
TABAJARAS	3	3	2	2	5	1	1	4	20
PRAZERES	1	1	2	2	6	0	2	3	15
PARQUE DAS MISSÕES	0	3	2	2	4	1	1	3	14
FICAP	2	2	0	0	4	5	1	0	14
DENDÊ	2	1	2	2	8	5	2	6	26
SANTA MARTA	3	1	1	1	5	1	0	1	12
<b>TOTAL</b>	<b>48</b>	<b>61</b>	<b>45</b>	<b>45</b>	<b>125</b>	<b>45</b>	<b>35</b>	<b>124</b>	<b>495</b>
<b>PORCENTAGEM</b>	<b>9,7%</b>	<b>12,3%</b>	<b>9,1%</b>	<b>9,1%</b>	<b>25,3%</b>	<b>9,1%</b>	<b>7,1%</b>	<b>25,1%</b>	<b>100%</b>

<sup>2</sup> Legenda: **AC** Academia // **DP** Defensor Público // **GP** Gestor Público // **DIV** Diversos // **JOR** Jornalistas // **LL** Lideranças Locais // **MS** Movimentos Sociais // **OSC** Organizações da Sociedade Civil // **S/E**, Servidor e Estagiários

## MATRIZ DAS VIOLAÇÕES RECORRENTES

A Matriz apresentada decorre dos relatos recolhidos nas favelas, e não o inverso. Este ponto de referência é relevante, pois a classificação foi elaborada a partir das informações recolhidas e sistematizadas que vão dando forma e consistência ao desenho matricial:

A ausência de superposição pode gerar algum desconforto e artificialidade em relação ao ordenamento legal, mas sua categorização atende fundamentalmente aos desejos expressos na fala e percepção dos moradores por conta das violações sofridas.

São cinco blocos que aglutinam os 30 tipos de violações recorrentes. Em quatro blocos são descritas ações resultantes diretas da prática policial em situações pontuais e repetidas, que podem acometer as pessoas ao acaso ou de forma intencional. O último bloco, como nome indica, retratam consequências decorrentes das violações, em um ciclo vicioso de violações.

Dois pontos merecem comentários adicionais em função das discussões que precederam a composição atual.

**1.** As violações não estão hierarquizadas em relação a gravidade ou repetição. Talvez seja possível fazer isso no futuro próximo, mas neste momento devem ser lidas de maneira sistêmica e permanente;

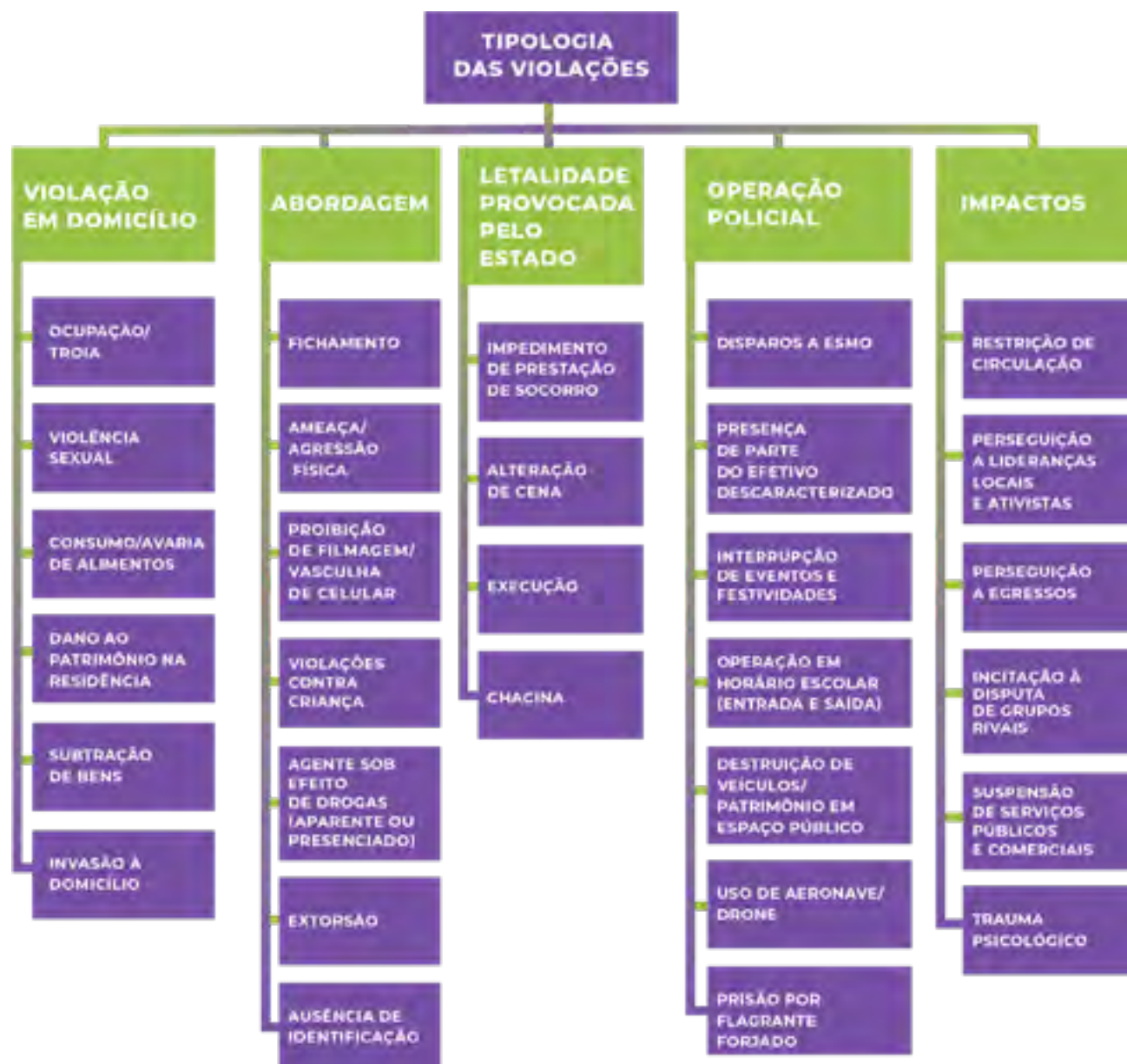


**2.** Optamos por não definir um tipo de violação associado a tortura, mantendo sua leitura transversal e reconhecimento em distintas expressões nos relatos dos moradores.

O desenho proposto é ainda uma tratativa formulada para ajudar no debate e na identificação do cenário. Deve ser lida com a flexibilidade e crítica, pois definições mais ajustadas deverão vir de sua maior maturidade e apropriação coletiva.

No presente relatório em anexo dois documentos acadêmicos são incorporados. O primeiro decorrente de uma análise apurada feita pelas componentes do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Luiza Mahin - da Faculdade Nacional de Direito (FND) que apresenta a correlação das tipologias de violações com a referência no ordenamento jurídico estatal. O levantamento de fôlego, funciona como introdução a necessária agenda de responsabilização ainda a ser formulado.

Um segundo anexo incluído neste relatório elaborado pela núcleo de Direitos Humanos da PUC propõe uma reflexão em torno da agenda de gênero a partir dos relatos do Circuito de Favelas.



NOS RELATARAM UMA HISTÓRIA DE UM MENINO EVANGÉLICO QUE FOI PRESO POR FLAGRANTE FORJADO. O MENINO RECLAMAVA E FILMAVA AS VIOLAÇÕES ATÉ QUE HOUVE UMA BATIDA NA CASA DELE E “ENCONTRARAM” DROGAS EM SUA CASA. ELE APANHOU E FOI PRESO. A MÃE DELE CONTRATOU UM ADVOGADO, ELE FOI SOLTO E A FAMÍLIA TODA SE MUDOU DALI POR MEDO.

“CARROS SÃO PERFURADOS, 7/9 TIROS, OS PRÓPRIOS MORADORES PRECISAM ARCAR COM OS GASTOS.”

DEPOIMENTO DE MULHER: “JÁ PERDI DOIS EMPREGOS PORQUE QUANDO TEM OPERAÇÃO ELES NÃO DEIXAM A GENTE SAIR E NEM ENTRAR DA FAVELA. QUAL PATRÃO VAI ACREDITAR NISSO? REVISTAM NOSSOS CELULARES. BATEM SEMPRE EM JOVEM. ENTRAM NAS CASAS COM CHAVE MESTRA. SEMPRE ENTRAM NA HORA DE ENTRADA E SAÍDA DAS ESCOLAS.”

“ROUBAM AS COISAS DA ASSOCIAÇÃO E SEMPRE ENTRAM AQUI QUANDO TEM OPERAÇÃO. A GENTE PEDE PRA NÃO ARROMBAREM, PRA PEDIREM QUE A GENTE ABRE, MAS ELES IGNORAM. ELES TÊM IMPLICÂNCIA COM A GENTE PORQUE ACHAM QUE A GENTE PROTEGE BANDIDO, MAS A GENTE SÓ QUER O BEM DA COMUNIDADE.”

“QUANDO ESTÁ PRÓXIMO DO NATAL, ELES VÊM TODA A SEMANA. SEMPRE PERGUNTAM QUEM TEM PASSAGEM. É A GALERA QUE MAIS SOFRE NA MÃO DELES.”





# DEPOIMENTOS DE QUEM PARTICIPOU DO CIRCUITO DE FAVELAS

## PARTE II

O relatório parcial lançado em setembro reuniu um grande conjunto de relatos de moradores ouvidos durante as 15 primeiras localidades percorridas. No relatório parcial foram organizadas 90 violações, distribuídas equitativamente entre todos os tipos de violações definidas na matriz. Retratam a diversidade e ao mesmo tempo a similaridade dos casos sistematizados. Optou-se no presente relatório por explicitar um número menor de relatos e sem compromisso com a correlação com a totalidade de representação com a matriz de violações. No documento atual são 30 relatos inéditos selecionados durante as atividades que aconteceram nos meses de outubro, novembro e dezembro.

A razão desta redução dos relatos é a inclusão de depoimentos de alguns participantes do Circuito, através de três textos de representação comunitária, dos depoimentos sintéticos de alguns dos participantes e de textos de participantes institucionais mais regulares na implementação do Circuito.

Esses conteúdos, além de enriquecer institucional, analítica e afetivamente o documento, prestam o papel de registrar em texto a preciosíssima contribuição de instituições e pessoas que se doaram e construíram junto à Ouvidoria da Defensoria esta iniciativa. Aproveita-se tal menção para ser expressa imensa gratidão a todas essas instituições parceiras e pessoas queridas.



Os textos institucionais foram produzidos pelos parceiros frequentes do projeto, ao longo do ano de 2018, e expressam a visão do exercício de direitos dos moradores sobretudo no campo da segurança pública recolhidos em múltiplas participações no Circuito. Já o conjunto de depoimentos individuais partilham as percepções e sentimentos de pessoas que experienciaram o projeto de maneira significativa, porém mais pontual.

Além dessas falas mais institucionalizadas, não poderíamos deixar de registrar a importância das instituições e pessoas comunitárias que compuseram de forma ativa e corajosa o Circuito em seus territórios, que foram registradas em relatos expressivos com a delicadeza e complexidade deste gesto. Entrar na casa de pessoas, expor sua intimidade e tratar do tema da violência e violações de direitos são combinações tensas e faz-se com a confiança e legitimidade. Tal disponibilidade é louvável dada a potência que o enfrentamento à opressão carrega.

Aproveita-se também a oportunidade para registrar o mais sincero agradecimento à confiança e oportunidade de trabalhar em conjunto. Sem a cooperação de ativistas, membros de associações de moradores e lideranças locais ligadas a diferentes vieses (educacional; religioso; cultural; ambiental; etc) não seria possível realizar um projeto com real significado e relevância.

# RELATOS DE MORADORES

**“QUANDO  
ESTÁ PRÓXIMO DO  
NATAL, ELES VÊM TODA  
A SEMANA. SEMPRE PER-  
GUNTAM QUEM TEM PAS-  
SAGEM. É A GALERA QUE  
MAIS SOFRE NA MÃO  
DELES.”**

**“CISMAM  
COM TUDO, ENTRAM  
EM CASA E BAGUNÇAM  
TUDO. EU AGORA SÓ VIVO TO-  
MANDO TARJA PRETA PORQUE  
NÃO AGUENTO MAIS, SÓ COM CAL-  
MANTE, ATÉ AS CRIANÇAS ESTÃO  
NERVOSAS. COMO A GENTE VAI  
FICAR AQUI, COM MEDO A  
VIDA TODA?”.**

**ELES  
QUASE SEMPRE  
PARAM A VIATURA NA  
FRENTE DO ESTABELECIMEN-  
TO DA MINHA ESPOSA E FICAM  
HORAS ALI FALANDO NO CELU-  
LAR COM O GIROSCÓPIO LIGADO. É  
UMA TORTURA AQUELE BARULHO  
ALTO E LUZ NA CARA. ELA FE-  
CHA PORQUE NEM ADIANTA  
FICAR ABERTO QUE NIN-  
GUÉM VAI.”**

**“QUANDO  
ESTÁ PRÓXIMO DO  
NATAL, ELES VÊM TODA  
A SEMANA. SEMPRE PER-  
GUNTAM QUEM TEM PAS-  
SAGEM. É A GALERA QUE  
MAIS SOFRE NA MÃO  
DELES.”**

## TEXTOS COMUNITÁRIOS

*“O Circuito favela por direitos foi e está sendo muito importante para a comunidade do Complexo da Mangueirinha em Duque de Caxias. Ao meu ver, em anos, foi a única vez em que houve o movimento de ouvir-nos!”*

*Toda ação que chega em nossa comunidade, geralmente nos é imposta, já que nossas reivindicações quase nunca são ouvidas! Foi assim com a entrada e saída da Unidade de Polícia Pacificadora por exemplo!*

*Nunca conversaram conosco sobre o projeto de ocupação e ou desocupação do nosso território pelos agentes de segurança pública. Na verdade percebemos aos poucos e a duras penas a fragilidade desse projeto!*

*Por sermos uma comunidade da Baixada Fluminense, há ainda mais invisibilidade e silenciamento. Muitas das vezes, nas piores semanas, quando acontecem confrontos várias vezes ao dia, por dias consecutivos, com mortes e muitas vezes mais de uma, sentimos como se não existíssemos! Pois não sai uma linha no jornal ou uma frase na tv a respeito. Não que isto seja um grande diferencial mas, sim, nos fragiliza ainda mais!*

*Certa vez ouvi de um agente de segurança pública que o Complexo da Mangueirinha era uma das únicas comunidades onde a mídia não os*

*atrapalhava! Enfim... Para nós, isso significa um abismo de abandono e descaso em relação a todos os direitos e políticas públicas. Por isso o Circuito foi tão importante aqui! Existimos! E alguém nos olhou, apertou nossa mão e pasmem, nos ouviu! Nosso choro e angústia enfim foi ouvido por alguém!*

*Depois da visita dos defensores e da aproximação das lideranças com a defensoria, conseguimos inserir nossa comunidade na capacitação, Defensores da Paz, que está acontecendo e é um sucesso! A galera tá amando e tenho certeza que todo o conhecimento será multiplicado!*

*Não me sinto mais só! Sei que tenho onde bater nem que seja pra entender quais direitos tenho e o que fazer caso sejam violados e falo isso enquanto liderança, coletivamente também!*

*As coisas ainda estão muito difíceis por aqui e acredito que ainda será assim por um longo período e é por isso que ser ouvido e saber direitos se torna tão urgente quanto comer, dependendo do Cep que se possui!*

*Sigamos juntos! O Complexo da Mangueirinha agradece e pede que por favor não deixem de lembrar que existimos e precisamos muito de vocês!"*

**Daniela Lopes**

**Liderança/ Complexo da Mangueirinha, Duque de Caxias**

*“Escrever esse texto estando entre lugares é a parte mais difícil, pois eu, sendo moradora de uma favela na Baixada e tendo presenciado uma série de violações de direitos, e até mesmo os denunciado por todos os canais possíveis, só fui entender a importância desse processo de escuta ao receber os ativistas de Direitos Humanos na minha favela.*

*Logo de início, a desconfiança e o medo se fizeram presente, pois sabemos que não é tarefa fácil ser aquela ou aquele que vai abrir os acessos da comunidade para um trabalho como o desenvolvido pela Ouvidoria da Defensoria, pois lidamos com a exposição de fora e o medo dos que estão dentro do território já severamente violado.*

*A cada dia, é mais caro lutar por essa segurança e trabalhar para ajudar no processo de possibilitar que moradores, antes abandonados pelo Estado, voltem a acreditar na mudança através da narrativa para quem foi lá escutar um pouco das violências experienciadas por eles.*

*Eu já vivi múltiplas violações: já tive minha casa arrombada pela polícia, já fui xingada de vagabunda por estar passando na hora em que eles estavam agindo covardemente contra moradores, já escutei meu vizinho ser torturado, segurando a boca da minha sobrinha para ela não chorar, denunciando que estávamos ali, já fui agredida por um policial por não deixar que o mesmo atirasse na cabeça de uma pessoa já baleada e caída, e por aí vai. A gente que mora em território de favela vive na adrenalina 24 horas, pois, a qualquer momento, sua paz pode acabar.*

*Logo, receber o Circuito de Visitas Favelas por Direito vem para salientar, para nós, moradores favelados, que temos direitos. Parece pouco, mas saber que existe uma instituição que sai da sua comodidade e enfrenta o chão da favela para me ouvir proporciona uma sensação de não estarmos sozinhos em meio às lutas travadas nas garantias de direitos,*



*desrespeitados até quando são fundamentais, como acesso à água, à moradia digna, aos serviços de saúde, de saneamento, além de conviver com uma mobilidade urbana sucateada. Temos que conviver com o não-direito à vida em um território em que 99% dos moradores são sobreviventes de uma política massacrante, promotora de violações de direitos. Me recuso a aceitar isso passivamente - o lugar de não ter direitos básicos garantidos. Termino citando MC Leonardo: “*

*“Comunidade que vive à vontade  
Com mais liberdade, tem mais pra colher  
Pois alguns caminhos pra felicidade  
São paz, cultura e lazer”*

**Fabi Silva**

**Liderança Comunitária do Parque das Missões - Duque de Caxias**



*“Um cartão postal é a melhor definição para falar da minha comunidade, localizada entre bairros nobres da cidade do Rio de Janeiro - Copacabana, Botafogo e Lagoa Rodrigues de Freitas na Zona Sul do Rio.*

*Justamente por sua localização, a disputa pelo território é constante. Desde a pacificação, ocorrida no ano de 2011, as ações policiais aconteciam de 2 em 2 meses, conforme um acompanhamento feito pela Associação de Moradores, mas, desde o dia 18 de Setembro de 2018, passamos a acordar todos os dias debaixo de bala, com creches fechadas, crianças apavoradas, idosos passando mal, a comunidade em meio a uma guerra, gerada pela determinação, não sabemos oficialmente de quem, da construção de uma cabine no alto do Morro dos Cabritos, no início da comunidade, na divisa com a Rua Sacopã (Lagoa).*

*Foram 7 semanas consecutivas, com direito a caveirão dormindo todos os sábados na altura do nº 600 da Rua Euclides da Rocha - moradores apavorados enquanto os agentes se divertiam e falavam “A área aqui agora é nossa!”. Há relatos de abusos nas abordagens aos moradores na hora da saída e da chegada ao trabalho.*

*Depois de muitas denúncias nossas na página de uma rede social, denunciando os abusos, eis que conseguimos receber a visita do Circuito Favela por Direitos, e pudemos falar e mostrar nosso cotidiano de medo. Nos sentimos acolhidos com uma pontinha de esperança de que algo iria mudar, de que nossas súplicas tivessem sido atendidas. Compartilhei esse sentimento com milhares de moradores, que perceberam uma mudança, mesmo que ainda pequena, no tratamento dos agentes com os moradores. Me arrepiei ao ouvir uma moradora dizer “Que bom que pelo menos podemos falar, parece que mostrando nossa realidade sentimos um certo alívio”.*

*Nesse momento, estamos vivendo um período de paz. O “Baile do Tabajaras”, evento realizado há cerca de 2 anos na Rua Euclides da Rocha, deixou de acontecer, e assim o caveirão deixou de entrar e dormir nas noites de sábado dentro da comunidade. A base, porém, continua em estado de construção, e os agentes em frente ao container iniciaram novas abordagens a caminhões de material de construção, exigindo nota fiscal e documentos da construção, fazendo abordagens a moradores que buscam as crianças na saída das creches, fotografando moradores que são parados pelos policiais.*

*Espero que o Circuito tenha algum efeito e que as autoridades entendam que, numa comunidade onde temos cerca de vinte e um mil moradores, os agentes da lei passem a agir conforme a lei, sem desrespeito nas residências e sem furtos a moradores que trabalham o mês inteiro para*

*alimentar suas famílias e sobem cerca de 300 degraus com compras pesadas nos braços, pagando ainda, em média, 800 reais de aluguel. Desejamos que esses agentes olhem pras nossas crianças como futuros atletas e com direitos à vida, e não como futuros traficantes.*

*Somos um celeiro de atletas: 2 jovens da favela são jogadores da seleção Brasileira de Beach Soccer; temos o atleta Gideão Melo, campeão na modalidade de Slackline; Gabrielle Lopes, campeã brasileira de Remo. Gostaríamos de que, aqueles que enviam os agentes para as favelas pas-sassem ao menos um mês dentro das mesmas, para entender que aqui os moradores só querem viver em paz!!"*

**Vânia Ribeiro**

**Diretora da Associação de moradores da Ladeira  
dos Tabajaras e Cabritos**

## TEXTOS INSTITUCIONAIS

### INTERVENÇÃO E DIREITOS HUMANOS: UMA ESCUTA SOBRE A REALIDADE DAS FAVELAS

**Diego Portela de Castro Assessor**

**De acordo, Aline Inglez**

**Subsecretária de Direitos Humanos, Justiça e Cidadania**

“Do momento do anúncio da intervenção federal na área da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, por conta da suposta escalada de violência durante o Carnaval deste ano, surgiram já as preocupações desta Secretaria de Estado. Esses receios nasciam perante a possibilidade de um aumento das violações de direitos humanos em consequência direta das ações da intervenção, especialmente nas áreas conflagradas do estado e contra os grupos mais vulneráveis. Pois tivemos já uma experiência semelhante, quando do crescimento do recebimento de denúncias durante as atividades das missões de Garantia da Lei e Ordem nos anos anteriores. Ainda, somava-se às

nossas inquietações o fato de que o uso isolado das Forças Armadas (FFAA) para resolver o problema da segurança pública, configurando-se, pois, como uma política de enfrentamento bélico, sem haver, necessariamente, integração com as outras esferas do poder público, poderia, na realidade, agravar o quadro de insegurança que a intervenção visa “pôr termo”. Dessa forma, junto com diversos outros parceiros de instituições públicas e privadas que compartilhavam das mesmas preocupações, desde o início demonstramos interesse em fazer parte de diferentes mecanismos de acompanhamento e monitoramento da intervenção. Entre eles, destacam-se o ObservaRIO (Observatório de Direitos Humanos da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado

do Rio de Janeiro), criado pelo Ministério dos Direitos Humanos, e uma das ações da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, traduzida neste “Circuito Favelas por Direitos”. Se no primeiro pudemos procurar fortalecer um canal de diálogo com as autoridades envolvidas e também entre instituições públicas e sociedade civil, foi com a segunda que, efetivamente, tivemos contato direto com as pessoas que vivenciam o cotidiano das ações da intervenção. Durante as visitas do “Circuito”, escutamos dos mais diversos relatos: de violações ocorridas no período da intervenção a abusos de anos atrás; de

roubo de alimentos ao homicídio de crianças; de que escolas foram fechadas ou tiveram seus horários reduzidos por conta de operações militares até a generalização das forças de Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos Subsecretaria de Direitos Humanos, Justiça e Cidadania segurança enquanto potencialmente violadoras. Foi, pois, um modo de nos aproximar da parcela da população fluminense que mais foi afetada pelo decreto de 16 de fevereiro deste ano. De ouvir seus anseios, seus medos, suas demandas e seus questionamentos.



Ainda, de apresentar a Secretaria a ela, disseminar nossa atuação no estado e reforçar nosso compromisso com o respeito integral aos direitos humanos. Esperamos que, com os resultados deste projeto, possamos, ao menos, minimizar as mazelas dessa população; que consigamos ampliar suas vozes; e auxiliá-los em seu empoderamento através da consciência de seus direitos. Muito além, aspiramos que a sociedade em geral absorva a importância dos direitos humanos, de como seu respeito reforça os valores do Estado democrático de Direito, e da relevância de assegurá-los a todas e todos, independente do território em que vivem ou da situação em que se encontram. Somente através de uma cultura de respeito aos direitos humanos que poderemos combater o preconceito, a discriminação e a violência, formando cidadãos e cidadãos conscientes de seus direitos que compartilhem do espírito republicano de liberdade, igualdade e justiça. Por fim, nosso objetivo é garantir a defesa dos direitos humanos em todas suas



Circuito Circuito favelas por Direitos em Cidade De Deus  
foto: Luiz Felipe Rocco

## DEFEZAP SAÚDA A INICIATIVA DO CIRCUITO FAVELAS POR DIREITOS

### DefeZap

áreas, sejam direitos civis, políticos ou sociais, reafirmando seu caráter interdependente, indivisível e universal, princípios do Estado brasileiro. Tal qual na Declaração Universal dos Direitos Humanos o direito à segurança se encontra vinculado a demais direitos, não se pode desassociar a segurança de outras esferas, correndo o risco de simplificarmos algo tão complexo. “

elas vivem reforça o caráter de serviço público que deve nortear o trabalho não só da Defensoria, mas de todos os órgãos estatais que atendem a população. No Circuito, para ser ouvido pelos defensores, não era preciso pegar senha, levar documentos, estar vestindo calça comprida, nem era proibido chinelos e camisetas regata. Em suma, o “jogo” era no “campo” do cidadão.

“O Circuito Favelas por Direitos é uma iniciativa que demarca a importância da experiência de Ouvidoria Externa na Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Primeiro porque rompe com limites da institucionalidade, acostumada com a frieza dos ares condicionados dos gabinetes e tribunais. A escuta atenta às pessoas no local onde

Além disso, ao levar defensores e defensoras para as favelas, a Defensoria homenageia os lugares onde as pessoas vivem, reconhecendo-os como territórios de direito e não de exceção. Para quem vive em bairros onde historicamente os direitos de seus moradores são


respeitados, isso pode parecer bobagem. Mas para quem sempre teve seu lugar de vida marcado pela ação violenta do Estado, com seus blindados e helicópteros que cospem fogo a esmo, ver agentes públicos pisando o mesmo chão para se colocarem à serviço das pessoas, e não para oprimi-las, significa muito na luta por respeito às suas vidas, casas e famílias. É, em si, uma pequena mas importante vitória.

Também não é pouca coisa que a Ouvidoria Externa tenha construído esse processo com a participação ativa de coletivos locais e instituições da sociedade civil. Ao liderar a costura de uma rede ampla responsável pela caravana, a Defensoria Pública deu um belo exemplo: não negligenciou seu papel institucional na luta por acesso à Justiça, mas nem por isso deixou de se reconhecer como apenas parte de um ecossistema que envolve autoridades públicas e sociedade civil num processo amplo e participativo de con-

solidação do Estado Democrático de Direito.

Esse processo, que por inúmeras vezes tem caído na armadilha da individualização excessiva do tratamento dado aos conflitos, encontrou no Circuito Favela por Direitos outra grande oportunidade: a partir do contato com a percepção geral da população em relação à atuação local de agentes públicos, desenvolver um olhar que identifica grande parte dos problemas vividos nos territórios periféricos como resultados de um tratamento sistemático do Estado brasileiro a população desses lugares, e não como o problema da família do João ou da Maria. Ao exercitar uma escuta ativa das reclamações das pessoas, sem a intenção de individualizar o tratamento às questões levantadas, a Defensoria Pública alcança uma dimensão quase sempre inalcançável pelas vias judicializantes: a dimensão da vida real, dos fatos corriqueiros que normalmente não





encontram acolhimento nas canetas do Judiciário. Sem dúvida, em tempos de hiper judicialização e consequente sobrecarga da Justiça, iniciativas de tratamento sistemático a problemas derivados de uma cultura política autoritária e viciada pela desigualdade social e racial devem ser valorizados e multiplicados. Quantos processos judiciais não seriam desnecessários se as instituições tratassem preventivamente todas as questões que se repetem historicamente em flagrante

descumprimento da ordem constitucional brasileira?

Portanto, em nome da consolidação democrática de nosso país, é preciso enaltecer o Circuito Favelas por Direitos e, mais do que isso, trabalhar para que se torne um hábito das instituições públicas. Se é verdade que no plano ideal a Defensoria Pública deveria ter nú-



# RELATOS DE MORADORES

UMA MORADORA RELATOU QUE DESCEU NA DELEGACIA PRA DENUNCIAR QUE OS POLICIAIS ENTRARAM EM SUA CASA E BATERAM EM SEU FILHO. O DELEGADO DISSE: “VOCÊ TEM CERTEZA QUE ARRUMAR ESSE PROBLEMA PRA SUA VIDA? PORQUE O DELEGADO VAI LIMPAR O RABO COM O SEU R. O.”

UMA LIDERANÇA LOCAL RELATOU A SEGUINTE SITUAÇÃO: “30 HOMENS NESSA FAVELA QUE É PEQUENA. VÁRIOS DELES ATIRANDO PRO ALTO. PEDI A DOCUMENTAÇÃO DAS AÇÕES QUE ELES ESTAVAM FAZENDO E O POLICIAL RESPONDEU: FALA COM O BRAGA NETO. LIGUEI PRO BATALHÃO E ELES DISSERAM QUE NÃO ESTAVA TENDO OPERAÇÃO. A VIDA DA FAVELA TODA ALTERADA, AS PESSOAS ACUADAS E IMPEDIDAS DE CIRCULAR SEM QUE EXISTA NADA OFICIAL, SEM QUE A GENTE TENHA A QUEM RECORRER E SABER O QUE TÁ ACONTECENDO, O PORQUÊ TÁ ACONTECENDO. A GENTE NÃO É NADA. A GENTE É LIXO.”

“AS PESSOAS ESTÃO SAINDO DAQUI POR CAUSA DA FALTA DE ESPERANÇA JÁ QUE A POLÍCIA SE ALIOU COM UMA DAS FACÇÕES E A COMUNIDADE NÃO TEM NEM MAIS A QUEM RECORRER. QUEM TEM CASA PRA ALUGAR NÃO TÁ MAIS CONSEGUINDO ALUGAR NADA. TEM CASA ABANDONADA. SE EU PUDESSE EU TAMBÉM IA PORQUE A GENTE TÁ VIVENDO UM INFERNO”

## A GESTÃO DA INSEGURANÇA: A MATRIZ JURÍDICA DAS VIOLAÇÕES NO CIRCUITO FAVELAS POR DIREITOS

**Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin**

cleos dentro das favelas do estado, por outro lado, iniciativas como esta podem ajudar a suprir as importantes demandas de reconhecimento territorial e tratamento coletivo a problemas sistemáticos, que não podem aguardar a boa vontade política dos que deveriam aprovar orçamentos públicos capazes de dar à população a estrutura de acesso à Justiça que ela merece.”

“O Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin da UFRJ, pautado pela noção de que a Extensão é a interação transformadora entre universidade e a sociedade, entende o Circuito Favelas por Direitos enquanto uma ferramenta importante e necessária no acompanhamento das violações fruto da Intervenção Federal militarizada na segurança pública

do Rio de Janeiro. Considerando que os efeitos do uso das forças armadas no Rio têm sido sinônimo de violações de direitos humanos, a atuação no Circuito, informando aos moradores sobre seus direitos, recolhendo relatos e levando representantes do poder público para conhecer a realidade das comunidades, além de ser importante para os moradores, contribuiu para a formação de futuros profissionais do direito comprometidos com a defesa dos direitos humanos, concretizando alguns objetivos da extensão universitária. Ressaltamos também que a presença da Defensoria Pública, e de diversas instituições nos territórios onde ocorrem as violações, materializa um dos pilares do NAJUP: a relação baseada na interação dialógica, que pressupõe uma troca de saberes entre os ato-

res sociais envolvidos, procurando formar um vínculo não-hierárquico. Dessa forma, pudemos compartilhar informações, contribuindo para fortalecer os moradores na defesa de seus direitos e, ao mesmo tempo, conhecer as diversas experiências de vida. Foi possível mapear diferentes violações cometidas pelo Estado, seja pela ausência de políticas públicas ou pela presença marcante das forças militarizadas de segurança pública. Destacamos a violência contra mulheres, que as atinge de forma interseccional, pelo fato de serem mulheres, pobres e em sua maioria negras. Observamos que os moradores, durante as operações policiais, não são tratados como cidadãos, mas como “inimigos” e, dessa forma, as forças de segurança pública ditam “quem pode viver e quem deve morrer”. Sendo assim, o Circuito foi uma iniciativa importante pois sistematizou e deu visibilidade à série de violações que permeiam o atual contexto de Intervenção. Entretanto, está presente o desafio e a necessidade de encontrarmos meios de intervirmos no momento das violações, com o objetivo de reduzir ao máximo os danos causados, além de criarmos mecanismos de pressão ao poder público para que as atuais políticas de segurança sejam radicalmente alteradas. É abolir sua lógica militarizada, de

## DEFENSORIA, RACISMO, VIOLÊNCIA POLICIAL E UM OLHAR DE EMPATIA

### Defensoria Pública da União

modo que o respeito aos direitos humanos seja, de fato, uma regra. Não apenas para a Defensoria Pública da União, mas para todas as entidades públicas que atuam no Rio de Janeiro na defesa dos direitos, é cada vez mais salutar que se trabalhe não apenas em rede, mas que haja um trabalho de escuta ativa com a maior proximidade possível da população, sobretudo a população mais carente. Para isso a iniciativa da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro é um marco para as instituições públicas na defesa, na educação em direitos e em uma perspectiva de implementação de direitos.

A população do Rio de Janeiro sofre com a violência urbana e não é raro que sob o pretexto de fazer

cessar a violência presente justamente onde residem as pessoas mais pobres, seja o próprio Estado a perpetuar uma situação de violência. É a Defensoria Pública a única instituição do dito sistema de justiça que tem por vocação a proximidade com a população, a única que tem a capacidade de guardar uma verdadeira empatia com a população mais carente que tem a possibilidade de sair dos gabinetes refrigerados, dos fóruns do Poder Judiciário, das regiões em que os direitos são reconhecidos e não raro até mesmo pagos pelas camadas mais favorecidas. Esse exercício de aprendizagem feito por todas as instituições parceiras é essencial para se compreender a situação de gravíssima violência institucional enraizada sobretudo nas polícias para que

tenhamos, de fato, um panorama mais apurado da questão da segurança pública em nosso estado.

O Brasil é um país violento. Diferentemente da visão idílica que temos do brasileiro cordial e pacífico é na verdade uma ilusão que guardamos de uma parcela enorme, a maioria da população que é acossada pelo autoritarismo e do afastamento de uma maioria do povo que não consegue ter voz e é alijada dos processos efetivamente democráticos. É na figura do tipo pena do desacato que essa realidade mais se mostra presente. A desigualdade com que a legislação criminal trata dos servidores públicos e da população mostra aquela expressão que todos nós brasileiros conhecemos que é a do “você sabe com quem está falando” e é nessa realidade que a Defensoria

Pública consegue subverter a ordem autoritária presente e trazer para o mundo do Direito toda essa dialética. No momento em que a educação em direitos consegue chegar na ponta, onde é mais necessária, se empodera a população para se portar como um agente de direitos e se chega a um patamar de cidadania em que se mostra a faceta mais bonita da democracia que é não apenas a da igualdade formal, mas a igualdade de possibilidades, de ascensão social e de, a partir daí, termos uma possibilidade até de desenvolvimento da nossa sociedade para termos mais pessoas em condições de ocuparem os melhores postos de trabalho, enriquecendo as instâncias decisórias de um pluralismo que é saudável para a adoção de soluções para os complexos problemas sociais que



temos, problemas esses, que por óbvio, demandam soluções igualmente complexas.

Partindo de uma ótica em que a pluralidade se faz essencial não apenas para o alcance dos princípios e objetivos inscritos na Constituição da República, para o valor justiça e mesmo para o desenvolvimento social, político e até econômico do país, o trabalho em rede das instituições parceiras. A riqueza de visões diversas quando da ida às favelas, a troca de ideias para a solução conjunta dos encaminhamentos de soluções para os diversos problemas com os quais a Defensoria Pública se deparou ao longo de todas as visitas apenas foi possível com a ajuda de entidades parceiras e, evidente, não apenas das parceiras públicas, mas também e igualmente a partir da visão da sociedade civil organizada mostra como é importante para demonstrar que um trabalho da

Defensoria efetivo, mormente no âmbito dos direitos humanos e da tutela coletiva deve passar não apenas por um trabalho à portas fechadas, mas sim por uma ampla instrução pré processual em que haja ampla participação popular, seja a partir de audiências públicas, seja mesmo em função de visitas in loco às populações atingidas por problemas sociais de qualquer ordem. O Circuito Favelas por Direitos está criando, em um ambiente cada vez mais rico de soluções padronizadas tecnológicas para a tutela individual uma perspectiva de trabalho para a Defensoria que visa não apenas a solução do processo, mas a solução do problema em si. Para tanto, o diálogo prévio em qualquer atuação da Defensoria Pública e o diálogo prévio com a população mais carente é uma grande conquista do Circuito de Favelas por Direitos.



Circuito Circuito favelas por Direitos em Cidade De Deus  
foto: Thathiana Gurgel

## **CIRCUITO FAVELAS POR DIREITOS: EXPERIÊNCIA QUE DEU CERTO!**

### **Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**

No dia 16 de fevereiro deste ano, Michel Temer decretou a Intervenção Federal Militar com o uso da Garantia de Lei e Ordem (GLO) na segurança pública do Rio de Janeiro com o argumento de “combater o crime organizado”. Segundo ele, houve crescimento dos roubos de cargas em todo o estado. No entanto, os índices de criminalidade globais não aumentaram, pelo contrário, foi o ano em que menos houve qualquer tipo de violência durante os dois primeiros meses. Na realidade, Estados do Nordeste e Norte apresentaram índices de criminalidade mais altos que no Rio de Janeiro, e ainda assim não foram tomadas medidas dessa ordem.

Diante da decisão do governo federal, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro se manifestou contrária à intervenção demonstrando preocupação principalmente nos locais mais empobrecidos e que sofrem com o aumento da militarização cotidianamente: as periferias e as favelas. Foi convocada inúmeras reuniões com órgãos públicos, organizações de direitos humanos e com os movimentos sociais. O que resultou em uma série de propostas colocadas pela Ouvidoria. Uma das que mais ganhou destaque foi o ‘Circuito Favelas por Direitos’, com um método diferenciado de escuta e acolhimento.


Foram mais de 40 favelas e periferias listadas, já chegando quase no final de 2018, aproximadamente 30 favelas e periferias já foram visitadas e com o cuidado de não expor os nomes e nem as favelas diretamente violadas. Com isto, houve mais confiança no processo, fazendo com que os moradores tivessem mais oportunidade de detalhar os tipos de violações sofridas durante as operações.

Ao final, mais de 30 tipos de violações apareceram. Todas elas já denunciadas em audiências públicas, ou por envio de ofícios para os interventores e secretaria de segurança do estado e federal e, com a publicização nas redes e nas mídias comunitárias e comerciais, além de envio de documentos e ofícios aos órgãos de direitos humanos internacionais, assim como a CIDH que veio ao Brasil em novembro deste ano.

Detalhe sinalizado, foi a repetição nos tipos de violações nas mais diferentes favelas e periferias.

Fato é que nas favelas e periferias mais distantes do Centro do Rio, as violações ocorrem de forma mais frequente e sem qualquer tipo de visibilidade, além dos moradores destes locais terem mais dificuldades de ir até os órgãos públicos por causa da distância e do alto valor das passagens.

Por isso, a importância de um trabalho como este, em que os órgãos públicos como as defensorias do Estado e da União, a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Alerj junto aos movimentos de favelas, iram até os espaços que geralmente não tem atendimento público como este. Pois existe o medo e, também, a dificuldade de se chegar aos órgãos públicos. Outra questão é o desconhecimento por parte da população sobre os órgãos e suas funções. Sem contar, que a ida aos locais que sofrem com as violações é importante por causa da aproximação com o local, e o olhar será sempre diferenciado quando se vê de perto as violações.



As visitas e o processo de escuta no local, podem ser considerados como uma das principais ações deste ano no monitoramento dos impactos da intervenção e denúncias de violações. Este é o ano em que mais se teve casos de auto de resistência no Rio, mostrando que a intervenção não é uma solução, só piorou a vida dos moradores de favelas e periferias, demonstrando ser mais uma prática de criminalização da pobreza e de racismo: “Nos seis primeiros meses de 2018 houve um total de 766 casos, maior número registrado desde 2003. Nos primeiros cinco meses de Intervenção, foram registrados pelo aplicativo Fogo Cruzado, 4005 tiroteios ou disparos de arma de fogo na Região

Metropolitana do Rio. Foram 2924 nos cinco meses anteriores.”

É preciso que um trabalho como este continue, mais que isto, é necessário que o Estado Brasileiro dê resposta sobre os casos listados, os depoimentos coletados e as denúncias feitas pelos órgãos, organizações e movimentos que acompanharam este trabalho durante todo o ano de 2018, o ano que foi decretada a intervenção.



UMA MÃE RELATOU AOS PRANTOS QUE NUNCA VAI ESQUECER A IMAGEM QUE FOI ENVIADA POR SUA VIZINHA ENQUANTO ELA TRABALHAVA. INFORMOU QUE NA FOTOGRAFIA SUA FILHA APARECIA COM O ROSTO MACHUCADO E COM O UNIFORME DE ESCOLA TODO SUJO DE LAMA. ELA RELATOU QUE DURANTE UMA ENTRADA DA POLÍCIA NA FAVELA, A KOMBI QUE LEVAVA SUA FILHA E OUTRAS CRIANÇAS PRA ESCOLA FICOU NO MEIO DO FOGO CRUZADO E QUE O MOTORISTA ARRISCANDO SUA VIDA, ENCOSTOU O VEÍCULO ATIRANDO AS CRIANÇAS EM UM BECO SEGURO PARA QUE NÃO FOSSEM BALEADAS.

“O CAMBURÃO AQUI TRABALHA COMO UMA MÁQUINA DE MATAR POR DENTRO E POR FORA PORQUE ACONTECE MUITO DE A PESSOA SER COLOCADA LÁ VIVA E DEPOIS APARECER MORTA JOGADA EM ALGUM LUGAR”

MEU FILHO PASSOU NA RUA E OS POLICIAIS RINDO DISSERAM: “EU DOU UM TIRO DAQUI E A GENTE VÊ OS MIÓLOS NO CHÃO”.

RELATOS  
DE MORADORES

## TEXTOS INDIVIDUAIS DE PARTICIPANTES DO CIRCUITO

A figura cristã de Tomé evoca a necessidade humana de somente acreditar em algo em que se vê. De tudo se duvida. O Circuito Favelas por direitos 2018 proporcionou a todos os envolvidos ver o que muitos fingem não existir. Em Acari, presenciei creches com seus muros parecendo peneiras, com um número de dias letivos aquém do estabelecido nas normas em razão das constantes invasões policiais que nada resolvem, carros crivados de balas, histórias de violência de toda a natureza. Mas lá, acima de tudo, encontrei pessoas, as quais lutam contra tudo e contra todos, buscando uma sobrevivência digna e um futuro melhor. Precisamos nos alimentar de humanidade diariamente para romper a barbárie de se impõe.

**Emanuel Queiroz Rangel**  
**Defensor Público**

A Coordenação de Infância e Juventude participou do Circuito com um olhar voltado para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Verificamos uma total carência de políticas para essa faixa etária nas comunidades que visitamos. Além disso, foi possível facilmente perceber que cabe às mulheres a condução da criação dos filhos e a luta por melhores condições de vida para a família. Ouvimos reclamações de falta de creches e escolas, assim como dificuldade de acesso aos benefícios sociais. E mui-





Circuito Favelas por Direitos em Parque das Missões, Duque de Caxias  
foto: Thathiana Gurgel

tas dessas mães ainda lutam para que os pais reconheçam as crianças, assim como cumpram com a obrigação alimentar. Nesse olhar que tivemos, restou clara a violência estatal pela omissão em relação à efetivação das políticas públicas previstas no ECA, como acesso, com prioridade absoluta, à saúde (inclusive reprodutiva), educação e assistência social. E igualmente a falta de estímulo estatal para discussões como machismo e responsabilidade parental. O Estado precisa se reorganizar para promover direitos de crianças e adolescentes nessas comunidades e assim interromper o ciclo de violência que as assola.

### **Coordenação de Infância e Juventude**



A participação do Fórum Grita Baixada no Circuito Favelas por Direitos se deu na Mangueirinha, Duque de Caxias. Foi um momento rico de significado na medida em que pudemos estar em contato com esta comunidade, única, mas também semelhante a tantas outras da Baixada, isto é, violentada em seus direitos mais básicos. Levar defensores públicos, promotores, advogados, representantes de organizações da sociedade civil para acolher os moradores da Mangueirinha em suas angústias, cobranças, feitas diretamente aos representantes do Estado, (o mesmo Estado que também viola os direitos dos moradores) foi muito significativo. A escuta foi feita, a presença foi marcada, porém o fundamental é que a realidade da Comunidade, de fato possa ser melhor, com mais vida e menos mortes e violações aos direitos.

**Adriano de Araújo**

**Fórum Grita Baixada**

Participar do Circuito Favelas por Direitos foi enriquecedor, pois proporcionou a vivência da escuta da população em seus lugares de vida, contando com a presença de defensores públicos em conjunto com a sociedade civil organizada (equação que infelizmente não faz parte da tradição institucional do Estado brasileiro). Além disso, a ideia de buscar uma escuta ativa comprometida não com a individualização dos casos, mas sim com uma percepção geral da população em relação à atuação local dos agentes públicos, é fundamental para romper com a judicialização excessiva que toma conta das instituições públicas e desresponsabiliza a política com relação aos problemas sistemáticos que violentam os direitos das pessoas. A possibilidade de construir esta perspectiva a partir de uma instituição importante e democrática como a Defensoria Pública não é qualquer coisa em nossos tempos, pois o grande ganho não é só da instituição, mas sim de todo o ecossistema de acolhimento e acesso a direitos. Creio que esta experiência deva servir de exemplo a outras instituições de serviço público, especialmente as responsáveis por defender a população e promover a contenção democrática dos poderes que potencialmente violam as liberdades dos cidadãos.

#### **Anônimo**



Só quem vive a realidade das favelas é que sabe realmente o que acontece. Quem está fora, não tem a menor ideia. Histórias, dores e injustiças. Mães. Famílias. Nada escapa das violações de direitos, ninguém está livre. Ninguém está livre. Ainda existe esperança de viver em paz em locais onde escolas têm os muros repletos de marcas de tiros. Ainda existe esperança de que o poder público entre sem ser em blindados e ao invés de violência, leve dignidade. Faltam informações, direitos e perspectivas. Sobram indignação e conformismo.

**Cezar Marques**

**Assessor da Defensoria Pública da União**



Participar do Circuito Favelas por Direitos em 2018 foi significativo por me permitir vivenciar e reforçar o compromisso de estar presente no local do conflito, de escuta, de participação democrática e cidadã.. É um compromisso que deve ser renovado sempre pela Defensoria Pública e por todas as pessoas que integram a instituição; e a consolidação da Ouvidoria externa só tem a contribuir e a encher de significados essa luta.

**Adriana Brito**

**Defensora Pública**



Expresso a enorme satisfação em conhecer e participar do trabalho “Favelas por direitos 2018” no território em Brás de Pina.

Como gestor de uma unidade de saúde (CF Heitor dos Prazeres) , identifico a importância dessa aproximação da Defensoria Pública e outros órgãos do Estado junto a população nos diferentes territórios/comunidades da cidade. Estar imerso significa encarar de fato os problemas locais e poder propor, de forma mais qualificada, propostas que permeiam a busca e garantia de direitos e de políticas públicas que favoreçam a população, em especial, as que mais necessitam.

Parabéns pela iniciativa e proposta de ação.

**Felipe Fernandes dos Santos**

**Especialista em Saúde da Família e Comunidade (UFRJ)**

Participar do Circuito de Favelas por Direitos é essencial para a Defensoria Pública da União, seja em função do estreitamento de laços com as instituições parceiras, seja para tornar o serviço de assistência jurídica gratuita cada vez mais próximo dos seus potenciais usuários, os moradores de áreas da cidade em que o poder público pouco tem acesso e em locais em que a população parece não tem contato com os serviços públicos que constituem um mecanismo essencial de redução das desigualdades sociais.

**Thales Arcoverde Treiger**  
**Defensor Público Federal**



Nascido e criado no Rio de Janeiro, já morei em sete lugares diferentes e todos muito próximos a favelas; cheguei a morar em ruas que, subindo, davam diretamente em algumas delas. Jamais o havia feito, porém. Foi somente com o “Circuito Favelas por Direitos” que, enfim, presenciei realidades sociais tão distantes, porém tão próximas da minha geograficamente. Mesmo com todo conhecimento sobre tratados, leis ou teorias de direitos humanos, sair da frente do computador para escutar pessoas, ouvir suas dores, seus anseios e esperanças de uma vida melhor, impacta pessoal e profissionalmente muito mais do que quaisquer livros, relatórios ou pareceres poderiam. Se conectar com as pessoas em seus próprios territórios é essencial para aqueles comprometidos com a alteração dessa realidade bárbara e desumana imposta em nossa sociedade.

**Diego Portela**  
**Assessor da Subsecretária de Direitos Humanos, Justiça e Cidadania**

O relatório é final, mas o Circuito foi - pra mim- início de uma caminhada de luta pelos nossos direitos.

**Thuane Nascimento (Thux)**  
**Estagiária do Nuth- DPGERJ**

Depois dessa visita nossa comunidade voltou a sorrir e estamos mais seguro dos nossos direitos e deveres ,sabemos que as vidas que foram retiradas não vão mais voltar, mas a certeza que estamos mais fortes e mais unidos pra não deixar isso mais acontecer. Obrigado. Obrigado. Obrigado.

72

O Circuito cumpre um papel fundamental de aproximação dos moradores de favelas com o sistema de justiça e organizações de defesa de direitos humanos, o que viabiliza a escuta e a visibilização de relatos de violações de direitos, tanto por condutas abusivas dos agentes estatais quanto por omissão do Estado na prestação de serviços públicos essenciais. A negação dos direitos passa necessariamente pela invisibilização e pelo silenciamento das violações dos direitos e das reivindicações. Daí que, dar voz a essa demanda reprimida por direitos e justiça desempenha uma função reveladora e de aproximação e, por isso, muito relevante.

**Daniel Lozoya**  
**Defensor Público**



Durante o Circuito, histórias de genocídios nas favelas passaram a ter cenários, rostos, voz e muitas lágrimas. Os relatos, os muros de casas e escolas furadas de balas, as vielas com esgotos, me fizeram entender o que é Direito à Favela, que a Marielle defendia. Entendi por que lutam em resistir e existir na favela, onde estão suas raízes, suas relações sociais, sua cultura. Aprendi e renovei meu compromisso profissional de, por meio do meu trabalho, me opor a qualquer sistema político violador de direitos da população mais vulnerável do nosso Estado. Sofri muito com meus parceiros e parceiras da Ouvidoria, pois não conseguimos parar nenhuma operação policial nem impedir que menos um corpo negro fosse enterado por sua mãe. A nossa institucionalidade tem limites! Mas juntos fizemos um belo trabalho. Afinal de contas, temos um retrato das violações perpetradas pelos agentes de segurança nas favelas do Rio e ajudamos a perpetuar a voz das favelas. Seguiremos em 2019!

**Maria Júlia Miranda**  
**Defensora Pública**

O Circuito de Favelas nos possibilitou registrar os relatos daqueles e daquelas que normalmente não são chamados para a conversa quando se discute sobre as políticas de segurança pública e suas implicações, mesmo sendo aqueles que mais entendem sobre o assunto. Foi instigante conhecer as lutas de diversas lideranças comunitárias que trabalham diariamente no esforço de romper as fronteiras estabelecidas pelo direito, escancarando as suas limitações e seletividades. Durante o Circuito, ouvimos relatos das mais diversas violações e observamos suas marcas nos territórios. A experiência de ter acompanhado o projeto apenas me dá a certeza de que a Defensoria deve estar cada vez mais presente nas favelas, pensando a sua atuação a partir da realidade desses espaços, em parceria com os moradores, movimentos e organizações locais.

**Nina Barrouin**  
**Estagiária do Núcleo Nudedh – DPGERJ**

As violações a moradores de favelas e comunidades no Rio de Janeiro efetuadas pelas polícias se aprofundaram nos últimos anos. Além de ampliar as formas de ataques aos direitos da população, as forças policiais agregaram formas ainda mais perversas em suas ações, como disparos aleatórios feitos por agentes em helicópteros, chamados de caveirão voador, operações durante o dia e em horário escolar, com expressivo aumento de mortes de crianças nessas ações. A esse quadro historicamente beligerante, a crise econômica e política do Rio de Janeiro e a intervenção federal militar só deterioraram ainda mais a área de segurança pública. A certeza da não responsabilização de militares, garantida com a promulgação da Lei nº 13.491/2017, que prevê hipótese de competência da Justiça Militar para julgar crimes dolosos contra a vida cometidos por integrantes das Forças



Armadas contra civis, foi uma espécie de salvo conduto para que as forças policiais estaduais entendessem como autorização para matar e cometer toda espécie de ilegalidades em territórios populares. O Circuito Favelas por Direitos permitiu a ausculta dos moradores atingidos, mapear as violações e, a partir desse levantamento, pensar ações que garantam a interrupção dessas violações e, principalmente, que assegurem o direito dessa população, previsto constitucionalmente.

**Lena Azevedo**  
**Justiça Global**

Primeira visita: Rocinha. Paguei minha língua! Essa foi a sensação que tive quando sentei numa certa mesa Num Bar ao fim da visita. Até então, apontava o dedo para determinadas favelas achando eram mais privilegiadas que outras. (Como se isso pudesse acontecer: favela eh favela!!!). Naqueles becos, nos buracos dos tiros, no cheiro, na ausência de luz determinados lugares, em tudo isso senti na pele o privilégio da Minha branquitude (ou como as pessoas são privilegiadas) Fato este que chama a Responsabilidade para um exercício mais efetivo do ofício de defensoria Pública! Ser defensor deixa de ser um emprego para ser um modo de ver a vida, caminhada, uma luta diária, margeando os verdadeira protagonistas: aquela galera que trabalha e constrói nosso país- um país para todas e todos”

**Renata Tavares da Costa**  
**Defensora Pública**



Circuito Favelas por Direitos no Chapadão  
foto: Thathiana Gurgel

O Circuito Favela por Direitos, idealizado pela Ouvidoria da Defensoria Pública, mostra de forma perturbadora e indisfarçável a subversão dos objetivos que o Estado declara ao promover a Guerra às Drogas. No Complexo da Penha, o pavor revelado diante das ações das forças de segurança, fundado na longa experiência de violações dos mais básicos direitos (reforçada semanalmente) e capaz de superar até mesmo o medo do crime (des)organizado, revelam a longa distância entre a paz inspirada pela igreja-cartão postal e o dia a dia do seu entorno.

**Denis Praça**

**Defensor Público**



Tive a grata oportunidade de percorrer algumas das ruas do Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo e duas coisas em particular me chamaram a atenção: primeiro, o fato de que a desconfiança dos jovens dos quais nos aproximávamos logo se transformava em olhar atento e escuta curiosa sobre os direitos que a Constituição lhes garante e que parecem inexistir quando a tranquilidade daquele território é interrompida pela incursão das forças de repressão; segundo, as mensagens pintadas nos muros: de boas vindas, de saudade, de advertência e alerta, de lamento, de revolta, de insurgência, resistência, insubmissão e de esperança; de muitos modos a arte que coloria as paredes - certamente mais direta e crua do que as que vemos noutros cantos das cidades - dialoga fundo com quem passa por ali.

Consta que o grego Diógenes de Enoanda mandou construir na cidade um enorme muro para nele gravar diversos aforismos de Epicuro a fim de divulgar sua filosofia. O chamado tetrapharmakon do epicurismo preconiza que: 1. Não há o que temer quanto aos deuses; 2. Não há necessidade de temer a morte; 3. A felicidade é possível; 4. Podemos escapar à dor. Pouco restou do tal muro, posteriormente transformado em muralha, fortificação defensiva devido às necessidades da época. Os muros do Salgueiro têm muito do antigo muro de Enoanda. Tal como a filosofia de Epicuro, suas mensagens refrigera a alma dos que lá têm de viver e conviver haja paz ou haja guerra.

**Ricardo André**  
**Defensor Público**



O Circuito Favelas por Direitos 2018 quebra, sem muito esforço, qualquer imagem mal construída que se tenha desses bairros a partir de todas as lendas que se formam pela sociedade e pelos veículos de comunicação. A imaginação, nesses casos, historicamente nos fez criar algo que não existe. Na Ladeira dos Tabajaras fomos recebidos com carinho e esperança. Conhecemos as principais vias de acesso internas e as histórias de muitos. São histórias de sofrimento, união e também de caminhos retos. Não correspondem ao “inimigo” que a sociedade pinta. Precisamos quebrar esse ciclo e, se os cidadãos não se mobilizam suficientemente para isso, que o Estado inicie esse processo, mas não apenas com respostas de segurança, pois estas, se não são preventivas, são sempre violentas e a violência apenas alimenta o ciclo.

**Marlon Vinícius de Souza Barcellos**  
**No Jacarezinho**

Ingressar em um espaço que só se vê por fora e no qual você não se reconhece, mas descobre o outro. Ouvir relatos que te atordoam, mas que às vezes são narrados em um tom monocórdio de desalento. Buscar respostas que não virão para explicar por qual razão essas pessoas e seu espaço são tão desrespeitados. E sair com uma certeza: o único caminho possível é estar ali, ouvir o que acontece ali e como instituição não se conformar.

**Paloma Lamego**  
**Defensora Pública**

Só depois que a gente entra em uma comunidade que a gente realmente sabe o que acontece lá dentro. Com o 'Circuito Favelas por Direitos' eu aprendi que aquela lei de que os direitos são iguais para todos, não vale pro favelado. Pude perceber que quem mora em comunidade muitas vezes não conhece os seus direitos, as vezes acha que nem têm direitos. E que existe também muita desigualdade, pessoas que praticamente não têm casas e outras que vivem em casas boas. Vi muita miséria e pessoas que vivem como reféns da crise, das violências. É como se fosse um mundo fechado, com outras leis.

**Marcelo André Gomes**  
**Motorista DPGERJ**

Mais do que a oportunidade de conhecer a Ladeira dos Tabajaras, o Circuito Favela por Direitos me deu a chance de ouvir as histórias dos moradores que lá residem e constroem as suas vidas. Esses moradores



tiveram a generosidade de compartilhar conosco relatos de suas rotinas, entremeadas pela violência. A violência costura o dia a dia das pessoas que moram ali de forma triste e revoltante. Fiquei muitíssimo impactada após encontro com duas mães: a primeira me mostrou a porta da casa cheia de marca de bala e disse que sua filha, de seis anos, acorda todo dia de manhã tapando os ouvidos com as mãos, com medo de ouvir barulho de tiro; a segunda esbarrou conosco enquanto descíamos uma escada estreita e comprida (ela subia apressada, com seu filho de uns 11 anos atrás, com o uniforme escolar) e rapidamente desabafou, relatando que o filho havia pedido para ver um psicólogo por conta do cotidiano do confronto armado na porta de sua casa. Desci a ladeira e voltei para minha casa pensando: que futuro estamos construindo se as nossas crianças não tem sequer a oportunidade de desenvolverem ferramentas emocionais para lidar com a violência e o trauma? Se elas tem suas infâncias marcadas por armas, tiros e pela morte, que futuro elas irão construir? Conseguiremos juntos, como sociedade, coser um amanhã com um vocabulário de não-violência?

**Carolina Cooper**  
**Human Right Watches**



Só conseguimos entender e ter empatia pelas pessoas ao pisarmos no local onde a situação acontece, ao encararmos cada ser humano nos olhos, ao sairmos de nossos gabinetes e participarmos efetivamente do problema.

O Circuito de favelas por direitos nos aproxima da realidade tão dura.

Na Cidade de Deus, em especial nos bairros do “Brejo” e “Rocinha II” (tão perto de bairros privilegiados da cidade), vi a miséria, o descaso e o medo nos olhos de muitos. Diversos direitos violados ao mesmo tempo. O poema de Bertold Brecht me vem à mente como um resumo do projeto:

“Nós vos pedimos com insistência:  
Nunca digam - Isso é natural!  
Diante dos acontecimentos de cada dia,  
Numa época em que corre o sangue  
Em que o arbitrário tem força de lei,  
Em que a humanidade se desumaniza  
Não digam nunca: Isso é natural  
A fim de que nada passe por imutável”.

**Márcia Gomes**  
**Defensora Pública**

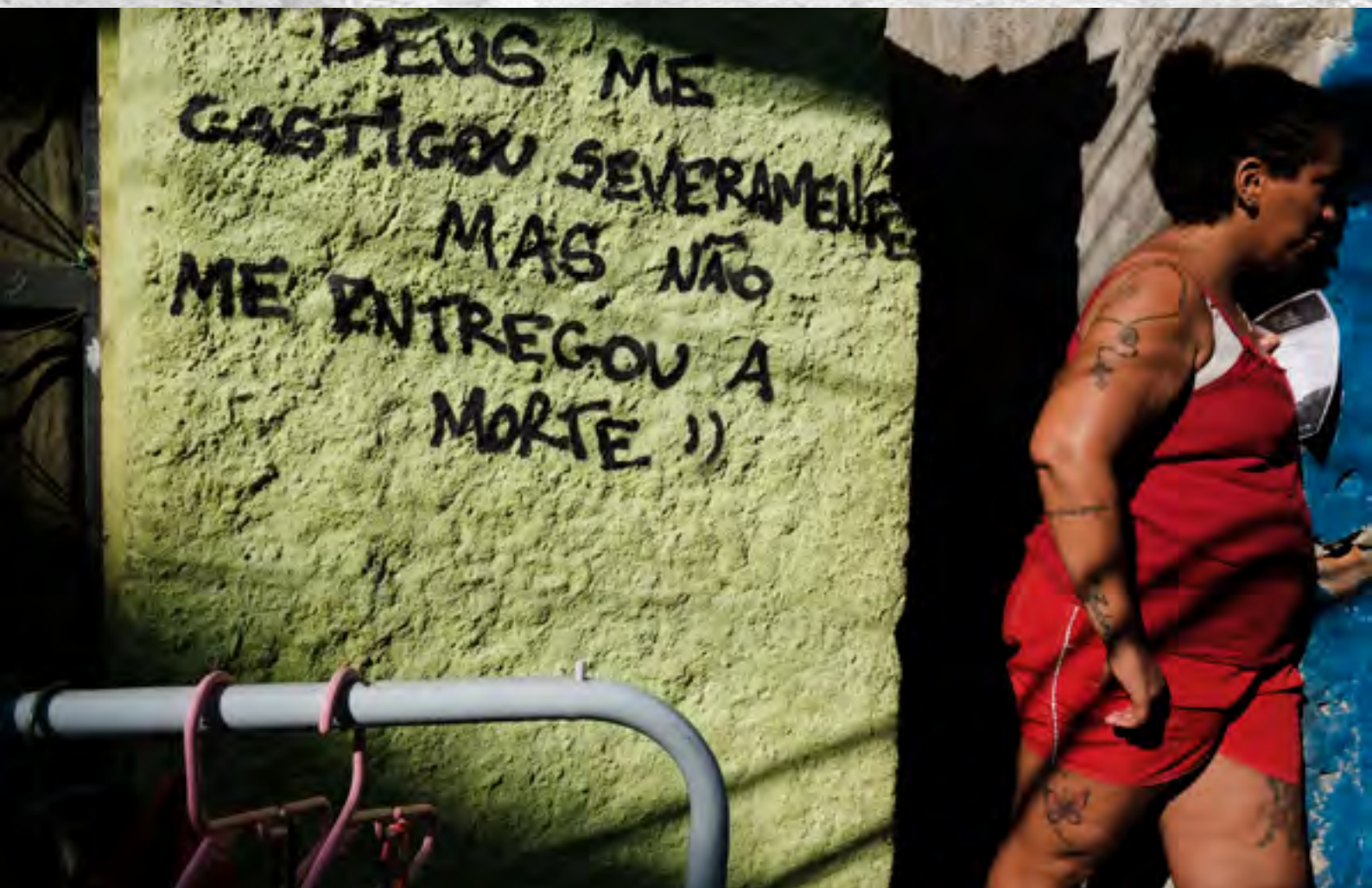
“O Circuito Favela por Direitos produziu um impacto não só nas comunidades visitadas, mas, principalmente, na Defensoria Pública do Rio de Janeiro ao levar mais de 50 defensores públicos para as regiões mais vulneráveis do nosso Estado, permitindo que tomassem contato com dramas sociais que terão efeito transformador na luta pela garantia do acesso à justiça.

**Rodrigo Pacheco**  
**Defensor Público**



Circuito favelas por Direitos em Favela 5 Bocas  
foto: Luiz Felipe Rocco





Circuito favelas por Direitos em Favela 5 Bocas  
foto: Luiz Felipe Rocco



A PAZ VIRÁ

AINDA NESTA  
VIDA



# LINHA DO TEMPO

## PARTE III


Esta linha do tempo da Intervenção Federal na Segurança do Estado do Rio registra acontecimentos destacados durante esses os meses de realização do Circuito de Favelas, entre fevereiro e dezembro de 2018. A Defensoria Pública e organizações parceiras, junto com os moradores das favelas na Região Metropolitana, diagnosticou o que diariamente está nas redes sociais, na imprensa, porém mais do que isso está presente nas vivências cotidianas de milhares de pessoas. Ao longo deste período, é evidente perceber a ampliação, nestes territórios, das ações de repressão em detrimento do conjunto das políticas sociais e de garantia de Direitos.

A base adotada para elaboração desta linha do tempo foi extraída pela grande mídia, assim é natural compreender que há importantes lacunas, pela próprio tratamento desigual oferecido, que, por exemplo, deixa a Baixada Fluminense, com uma subprojeção dos acontecimentos.

Vale destacar ainda algumas passagens emblemáticas, passando pela anúncio midiática da própria Intervenção Federal, ainda durante a se-

**Circuito favelas por Direitos  
no Complexo do Alemão**

foto: Luiz Felipe Rocco



mana do carnaval, e seguidas pela rebelião em Japeri, as primeiras ações na Vila Kennedy, a execução de Marielle Franco, parlamentar carioca e ativista pelos Direitos Humanos, ou a ação equivocada da “prisão coletiva” em Santa Cruz, a morte do menino Marcus Vinicius, e a Operação do dia 20 de agosto, no Complexo da Penha. Além destes episódios, uma série de chacinas foram registradas como na Rocinha, Maricá, Maré ou Babilônia, apenas para registrar algumas.

Os relatos levantados no Circuito nas favelas apontam a necessidade de rever o modelo empregado na Segurança Pública do Rio de Janeiro, na direção de tornar-se uma referência de proteção e reconhecimento de direitos, e, com isso, superar seu histórico de violações e desrespeito dos direitos fundamentais imputados a parcela significativa da população moradora das favelas do Rio de Janeiro.

# **LINHA DO TEMPO**

## **FEVEREIRO**

**16/02: MICHEL TEMER ASSINA O DECRETO DA INTERVENÇÃO FEDERAL NA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO. (VER EM ANEXO 1)**

**18/02: REBELIÃO NO PRESÍDIO MILTON DIAS, EM JAPERI, NA BAIXADA FLUMINENSE.**

**21/02: OPERAÇÃO NA PENITENCIÁRIA MILTON DIAS MOREIRA**

**23/02: OPERAÇÃO NA VILA KENNEDY  
PRIMEIRA GRANDE AÇÃO DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO. MILITARES FOTOGRAFARAM MORADORES E SEUS DOCUMENTOS.**

## **MARÇO**

**03 E 04/03: OPERAÇÃO NA VILA KENNEDY. IDOSO MORTO.**

**09/03: OPERAÇÃO NA VILA KENNEDY. QUIOSQUES DEMOLIDOS.**

**13/03: JOVEM MORTO NO JACAREZINHO APÓS SAIR DA IGREJA COM A NAMORADA.**

**14/03: VEREADORA MARIELLE FRANCO E SEU MOTORISTA ANDERSON GOMES SÃO ASSASSINADOS A TIROS NO ESTÁCIO.**

**16/03: OPERAÇÃO NO COMPLEXO DO ALEMÃO.  
BEBÊ BENJAMIN, DE UM ANO, NO CARRINHO, E MAIS QUA-**



**TRO SÃO MORTOS.**

**20/03: EXÉRCITO RETIRA QUATRO BASES DA UPP  
DA VILA KENNEDY.**

**24/03: CHACINA NA ROCINHA. OITO MORTOS NA SAÍDA DO  
BAILE FUNK.**

**25/03: CHACINA EM MARICÁ. CINCO JOVENS ASSASSINA-  
DOS QUANDO VOLTAVAM DE EVENTO DE RAP.**

**29/03: HOMEM MORTO COM O FILHO DE 6 MESES NO COLO,  
NA ROCINHA.**

## **ABRIL**

**02/04: DEFENSORIA DO ESTADO E DA UNIÃO PEDEM  
PLANO DE AÇÃO DA INTERVENÇÃO FEDERAL:**

**07/04: OPERAÇÃO POLICIAL PRENDEU 149 PESSOAS EM  
SUPOSTA FESTA DE MILÍCIA, EM SANTA CRUZ**

**17/04: OPERAÇÃO EM ANGRA DOS REIS DEIXA 4 MORTOS**

**20/04: ADOLESCENTE MORTO NO JARDIM CATARINA,  
SÃO GONÇALO**

**25/04: JUSTIÇA MANDA SOLTAR PRESOS EM SUPOSTA  
FESTA DE MILÍCIA, EM SANTA CRUZ**

**25/04: MENINA DE 11 ANOS É BALEADA DENTRO DE SALA  
DE AULA, EM CAVALCANTE, ZONA NORTE.**

**27/04: TIROTEIO DEIXA DUAS CRIANÇAS BALEADAS  
NO ENGENHO NOVO.**

**28/04: CHACINA EM VILA OPERÁRIA, DUQUE DE CAXIAS,  
COM CINCO MORTOS**



**30/04: CHACINA EM SANTA CRUZ COM QUATRO MORTOS**  
**MAIO**

**03/05: OPERAÇÃO NA CIDADE DE DEUS DEIXA QUATRO MORTOS**

**18 E 19/05: OPERAÇÃO NO COMPLEXO DO LINS, COM SETE MORTOS, E NA PRAÇA SECA, COM CHEFE DO TRÁFICO MORTO.**

**21/05: OPERAÇÃO DEIXA DOIS MORTOS EM JAPERI.**

**22/05: DOIS CORPOS SÃO ENCONTRADOS EM PRAÇA SECA APÓS OPERAÇÃO.**

**29/05: TRÁFICO ASSUME CONTROLE DE ESTAÇÕES DO BRT NA ZONA OESTE.**

**JUNHO**

**07/06: FORÇAS ARMADAS FAZEM NA ZONA OESTE MAIOR OPERAÇÃO DA INTERVENÇÃO FEDERAL. UM MORTO E CASAS INCENDIADAS.**

**CIDADE DE DEUS, NA GARDÊNIA AZUL, NO OUTEIRO, NA VILA DO SAPÊ, NO PARQUE DOIS IRMÃOS E NO MORRO DA HELENA.**

**10/06: SETE CORPOS SÃO ENCONTRADOS NA PRAIA VERMELHA APÓS OPERAÇÃO NO MORRO DA BABILÔNIA**

**20/06: OPERAÇÃO DEIXA SETE MORTOS NA MARÉ, DENTRE ELES O ESTUDANTE MARCOS VINÍCIUS, ASSASSINADO QUANDO CHEGAVA NA ESCOLA. OPERAÇÃO ILEGAL COM USO DE CAVEIRÃO VOADOR. MAIS DE 500 ALUNOS NA ESCOLA DURANTE A OPERAÇÃO.**



## **JULHO**

**11/07: EXÉRCITO ANUNCIA QUE DESEJA VOLTAR A USAR MANDADOS COLETIVOS PARA OPERAÇÕES**

**12/07: MP PEDE AFASTAMENTO DO CHEFE DA POLÍCIA CIVIL DO RJ**

**16/07: PESCADOR BALEADO EM OPERAÇÃO EM SÃO GONÇALO**

**20/7: OPERAÇÃO EM MANGUINHOS COM AMBULANTE MORTO**

**31/07: ADOLESCENTE BALEADO NA ROCINHA.**

## **AGOSTO**

**20/08: OPERAÇÃO NO COMPLEXO DA PENHA, ALEMÃO E MARÉ  
OITO PRESOS (OS MESMOS QUE FORAM TORTURADOS NA SALA VERMELHA DO EXÉRCITO)  
+ CHACINA COM CORPOS JOGADOS NA MATA + JOVENS PRESOS EM CASA COM PROVAS ILEGAIS DE MENSAGENS NO CELULAR + MORTE DO PRIMEIRO MILITAR.**

**22/08: DEFENSORIA VISITA COMPLEXO DO ALEMÃO E PENHA APÓS OPERAÇÃO**

**23/08: 5 JOVENS PRESOS COM PROVAS ILEGAIS EM OPERAÇÃO NO COMPLEXO DO ALEMÃO SÃO SOLTOS**



**29/08: MILITARES USAM NAVIOS DE GUERRA EM  
OPERAÇÃO NO SALGUEIRO, EM SÃO GONÇALO**

## **SETEMBRO**

**17/09: JOVEM MORTO NO CHAPÉU MANGUEIRA, NO LEME.  
POLÍCIA CONFUNDIU GUARDA CHUVA COM FUZIL.**

**27/09: LANÇAMENTO DO RELATÓRIO PARCIAL DO CIRCUITO  
FAVELAS POR DIREITOS**

## **OUTUBRO**

**01/10: ADOLESCENTE MORTO NO COMPLEXO DO ALEMÃO**

**05/10: JUSTIÇA PROÍBE RAJADAS DE HELICÓPTEROS EM  
OPERAÇÕES**

**15/10: OPERAÇÃO NO COMPLEXO DO SALGUEIRO, EM SÃO  
GONÇALO, DEIXA TRÊS MORTOS.**

**15/10: INTERVENÇÃO FEDERAL BATE A MARCA DE MIL MOR-  
TOS EM CONFRONTOS**

**17/10: ESCOLAS VIRAM BASE MILITAR DO EXÉRCITO NO  
COMPLEXO DA PENHA**



**26/10: IMPRENSA NOTICIA QUE PRESOS ACUSAM MILITARES DE TORTURA EM SALA VERMELHA DO QUARTEL DO EXÉRCITO, EM DEODORO.**

**26/10: REBELIÃO NO PRESÍDIO JONAS LOPES DE CARVALHO (BANGU 4)**

**30/10: GOVERNADOR ELEITO, WITZEL, DIZ QUE VAI PEDIR MILITARES POR MAIS 10 MESES E QUER SNIPERS PARA ABATER CRIMINOSOS COM FUZIS.**

## **NOVEMBRO**

**01/11: WITZEL DECLARA QUE VAI MIRAR NA CABECINHA DE TRAFICANTES E FOGO**

**06/11: OPERAÇÃO ILEGAL NO COMPLEXO DA MARÉ DEIXA 5 MORTOS**

**18/11: BOPE DESTRÓI PISCINA NO MORRO DO JURAMENTO**

## **DEZEMBRO**

**31/12: DATA PREVISTA PARA O FIM DA INTERVENÇÃO FEDERAL NA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO.**







Circuito favelas por Direitos em Favela 5 Bocas  
foto: Luiz Felipe Rocco



# RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÃO

## PARTE IV

Ao idealizar o Circuito de Favelas por Direitos um dos principais desafios consistia em estabelecer uma comunicação humanizada e empática através de uma escuta qualificada e confortadora as pessoas que vivem o cotidiano duro das favelas do Rio de Janeiro. Propunha-se preocupar-se mais com relatos e sentimentos do que propriamente com denúncias e formalismos tradicionalmente operados pelas organizações do sistema de Justiça e de Segurança.

Talvez por esta razão a proposta tenha gerado estranhamento nas organizações públicas e curiosidade e adesão das instituições comunitárias. A sugestão de percorrer becos, vielas e ruas das favelas, abordando aleatoriamente moradores e comerciantes, em seus locais habituais para escutar suas histórias pessoais, parecia algo abstrato e esdrúxulo.

Entretanto a ousada proposta foi ganhando forma justamente na interação entre as organizações participantes e os espaços comunitários. Ajustes foram experimentados como número de pessoas participantes, diversidade das instituições, fidelidade aos relatos, ênfase nas descrições em primeira pessoa, entre outras medidas. Intuíam-se perseguir a essência de uma conexão de confiança rompido pela lógica embrutecida e desigual no tratamento de Direitos praticados em decorrência do território vivenciado.

Ter como base institucional o aporte e reconhecimento da Defensoria Pública do estado, suas Defensoras e Defensores, Servidoras e Estagiárias,

fez uma enorme diferença. Uma instituição legítima para a população mais pobre, com mandado constitucional para tanto e imbuída da responsabilidade e gravidade do cenário existente. Apesar do grupo heterogêneo participante a recepção original tratava de forma absoluta de Defensoras e Defensores presentes.

A partir da inovação da proposta os passos sucessivos foram relativamente simples, pois tratava-se de aproximar pessoas e instituições com capacidade de ecoar e dispostas a ouvir, com pessoas ensinadas ao silêncio com disponibilidade e necessidade de falar. Curiosamente há muitas pessoas disponíveis e dispostas com estes perfis antagônicos e complementares querendo participar.

O princípio adotado de reverberar as narrativas descritas pelos moradores, aportando sistematicidade metodológica e análise estratégica era nosso compromisso. Escutar, sistematizar e propor.

Assim decorre a **matriz das violações** produzidas a partir da repetição dos relatos nas distintas localidades, sob a voz de centenas de moradores e de outras centenas de ouvintes. A precisão, sinceridade e emoção nas descrições eram os elementos distintivos e traziam a veracidade e crueza dos dizeres e do contexto.

A combinação da densidade e dramaticidade dos relatos foram despondo as medidas possíveis de reparação e mitigação desta prática perversa repetidora.

Apesar de disponível os canais de denúncia terminam a pouco ou nada

acolher moradores vulneráveis, servindo ao propósito frágil de uma opção raramente empregada. A denúncia funciona mais como elemento obstaculizador do diálogo nos tempos atuais, do que abertura de laços de confiança.

Naturalmente as soluções a problemáticas complexas tendem a ser igualmente complexas. Não há linearidade de tratamento. Os relatos, especialmente, oriundos de uma população historicamente alijada das esferas de influência, são pouco valorizados no sistema de Justiça e Segurança. Nesta instância os episódios carecem de comprovação e objetividade, mas na vida das pessoas, os desejos prioritários passam por proteção, reconhecimento de direitos e acolhimento. Alguns descompassos ofertados pelas agendas públicas para uma população eminentemente desacreditada e sofrida.

Mas dos relatos e reflexões aparecem também proposições e, parte do esforço empreendido, destinou-se a formulação de medidas destinada ao tratamento e mitigação das violações cotidianas descortinadas. Uma agenda propositiva.

## **ALGUMAS RECOMENDAÇÕES SUGERIDAS A PARTIR DO CIRCUITO FAVELAS POR DIREITOS**

### **1. AMPLIAÇÕES DE MECANISMOS DE CONTROLE DA ATIVIDADE POLICIAL**

a) Estabelecimento de identificação alfa numérica em agentes das forças armadas nas operações realizadas no interior das favelas.

*Responsabilidade Gabinete da Intervenção;*

b) Remodelagem da Ouvidoria da Polícia, estabelecendo mandato definido e processos públicos de escolha do Ouvidor, atribuindo tarefa de elaborar relatórios periódicos e publicizá-los;

*Responsabilidade Secretaria Estadual de Segurança;*

c) Realização de Reunião conjunta entre corregedorias, ouvidorias e órgãos públicos do sistema de justiça e DH, visando medidas de potencialização destes espaços de cooperação e controle;

*Responsabilidade Gabinete da Intervenção;*

d) Controle pormenorizado da atividade policial dos plantões identificados como mais violentos por batalhões ou UPP

*Responsabilidade Secretaria Estadual de Segurança*

*+ Ministério Público estadual;*

e) Orientação formal aos comandos a fim de assegurar que não ocorram:

(1) Revistas em crianças ou mochilas de crianças;

(2) Revistas em mulheres realizadas por agentes homens;

(3) Fichamento (fotografia ou identidade);

(4) Vasculha de aparelho celular;

f) Regulamentação do uso de aeronaves em operações especiais

Responsabilidade Secretaria Estadual de Segurança;



- g) Regulamentação do uso de Drones em operações policiais  
*Responsabilidade Secretaria Estadual de Segurança;*

## **2. POLÍTICA DE MONITORAMENTO E TRANSPARÊNCIA DO IMPACTO**

- a) Monitoramento e apresentação bimestral, das Secretarias de Educação dos Municípios e do Estado, dos dias de escolas fechadas ou parcialmente fechadas em função da violência

*Secretaria Municipais e estadual de Educação;*

- b) Monitoramento e apresentação bimestral, das Secretarias de Saúde dos Municípios e do Estado, dos dias de equipamentos de saúde fechados em função da violência

*Secretaria Municipal e Estadual de Saúde;*

- c) Envio ao MP de relatório pormenorizado dos recursos empregados e resultados obtidos em localidades com 03 dias (consecutivos ou interruptos) de operações de forças de segurança no período de 30 dias.

*Secretaria Estadual de Segurança + Ministério Público estadual;*

## **3. MECANISMOS DE REDUÇÃO DE DANOS**

- a) Implantação de programa especializado de atendimento psicossocial a familiares de vítimas letais decorrentes da atuação do estado ou de grupos armados ilegais;

*Secretaria Municipal e Estadual de Saúde*

- b) Ampliação de programa especializado de atendimento psicossocial voluntário a policiais e familiares

*Secretaria Municipal de Saúde + Secretaria Estadual de Segurança*

c) Ampla discussão e Observação das recomendações da Ação Civil Pública da Maré nas demais comunidades

*Secretaria de Segurança + Defensoria Pública + Ministério Público do Rio de Janeiro;*

#### **4. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

a) Aperfeiçoamento dos processos de formação policial que se contraponha à reprodução de um ethos guerreiro e distante dos parâmetros do trabalho policial em contextos democráticos. Essas ações de formação devem levar em consideração a dimensão prática, com estudos de caso e reflexão coletiva sobre o cotidiano do trabalho policial;

*Secretaria Estadual de Segurança;*

b) Minicursos com Defensores Públicos e Procuradores. Realização de 02 turmas experimentais em 2018, de 12 horas, reunindo 15 policiais cada (01 turma de oficiais e 01 turma de praças). Sendo conferidos certificados para os participantes.

*Secretaria de Segurança + Defensoria Pública + Ministério Público Rio de Janeiro;*

#### **5. PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

a) Realização de apresentação e debate do Plano estadual de Segurança Pública com organizações da academia e da sociedade civil, conjuntamente com a Defensoria Pública do estado e da União e organismos estatais de Direitos Humanos

*Secretaria Nacional de Segurança Pública + Defensoria Pública + Ministério Público do Rio de Janeiro;*

### **AGENDA DE CURTO PRAZO:**

1. Reunião com Corregedores e ouvidores das forças de segurança, do Ministério Público estadual, militar e federal e da Defensoria Pública do estado e da União;
2. Apresentação de Plano estadual de Segurança Pública para instituições do sistema de Justiça, academia e organizações da sociedade civil;
3. Realização de mini curso para policiais.

### **AGENDA IMEDIATA ESTRUTURANTE:**

- b) Estabelecimento de protocolos de acompanhamento dos resultados de operações policiais em localidades de sistemática ocorrência de operação policial;
- c) Reunião de trabalho visando adequação das medidas previstas na ACP da Maré
- d) Controle pormenorizado da atividade policial dos plantões identificados como mais violentos por batalhões ou UPP

Este documento foi apresentado ao Gabinete da Intervenção Federal, no mês de outubro de 2018.

## CONCLUSÃO

A Intervenção Federal integral ou parcial - como a que foi imposta ao Rio de Janeiro no campo de Segurança Pública - se inclui entre as mais graves medidas de nosso campo democrático. Tratá-la com naturalidade deveria ser já, por si, um assombro. Mas não, ao contrário sua origem vem como elemento surpresa, na saída de um carnaval, que apesar de civil, traz roupa militar, proveniente de um governo de baixíssima popularidade, mas que, curiosamente, chama para sua própria centralidade, carregando para si uma medida de aprovação acima de 80%. Um somatório de contradições aceitas em um ambiente de temor e descrença.

Importante também reconhecer que a escolha de um interventor militar e a consequente disponibilidade das tropas das forças armadas alimentavam a expectativa generalizada da presença de aparatos bélicos distribuídos pela cidade produzindo sentimentos de segurança em parte da população e acentuando o sentido de controle à outra parcela do povo.

Talvez não tenha sido isso que aconteceu. A presença do exército e das forças armadas nas favelas e nas ruas, mesmo de grande impacto, foi mais pontual e gerenciadora das forças de segurança no Estado. Uma opção menos óbvia, mas problemática para quem tinha o prazo de 10 meses para agir. Esta escolha, possivelmente, tenha sido um dos fatores para frustrar a expectativa da intervenção como ampla medida de exportação do governo federal para outros estados.



O fato é que ao longo dos meses de intervenção na segurança pública algumas práticas e indicadores se destacam. Quatro destes merecem ser registrados. 1. Houve uma pequena e valorosa queda dos homicídios no estado do Rio de Janeiro. 2. Houve uma retração pequena e importante nos crimes de roubo de rua, automóveis e de carga; 3. Houve um aumento expressivo e trágico na letalidade produzida pelas polícias; 4. Houve uma destacada ampliação das operações policiais nas favelas, especialmente provocadas pela chamada “operação vingança”

Neste contexto parece ter feito todo o sentido a escolha de estar próximo no território, vivenciar suas dores e amores, a luta por tempos onde segurança e direitos encontrem um ambiente harmonioso, respeitoso e cuidador. Promover uma escuta próxima e constante do território traz ao debate o desejo simples, mas complexo, de resgatar sentidos esgarçados dos valores de confiança, solidariedade e afeto.

O presente relatório final sintetiza as motivações, metodologia e tratativas feitas ao longo de 2018 em busca de uma inovadora e propositiva iniciativa no campo da Segurança Pública e garantia de Direitos.

A preocupação fundamental consiste em motivar que as instituições públicas, alinhadas com organizações da sociedade civil, reconheçam nos espaços populares um locus legítimo e necessário de atuação. No Rio de Janeiro, em especial, as favelas e periferias assume ainda mais relevância, pois distribuídos pela “cidade metropolitana”, correspondem a mais de vinte por cento da população e centralidade na lógica de um modelo Segurança Pública orientado pela guerra ao varejo das drogas e a uma perversa comunicação onde favela e criminalidade se associam.

Assegurar e promover os Direitos da população, seja moradora de favela ou não, é um dever das instituições, assim como garantir segurança e dignidade ao conjunto dos habitantes. Neste roteiro é que se levanta o Circuito Favelas por Direitos.

Esta iniciativa mobilizou mais de 60 Defensores Públicos no Rio de Janeiro estaduais e nacionais e centenas de pesquisadores e colaboradores variados em busca de ofertar uma escuta qualificada e um espaço de reflexão e incidência para a agenda de Segurança e Direitos.

A opção está feita, falta apenas chegar 2019 para o trabalho seguir.

# ANEXO

## 1 - DECRETO DA INTERVENÇÃO FEDERAL:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso X, da Constituição, DECRETA:

**ART. 1º** Fica decretada intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro até 31 de dezembro de 2018.

**§ 1º** A intervenção de que trata o caput se limita à área de segurança pública, conforme o disposto no Capítulo III do Título V da Constituição e no Título V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

**§ 2º** O objetivo da intervenção é pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro.

**ART. 2º** Fica nomeado para o cargo de Interventor o General de Exército Walter Souza Braga Netto.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O cargo de Interventor é de natureza militar.

**ART. 3º** As atribuições do Interventor são aquelas previstas no art. 145 da

Constituição do Estado do Rio de Janeiro necessárias às ações de segurança pública, previstas no Título V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

**§ 1º** O Interventor fica subordinado ao Presidente da República e não está sujeito às normas estaduais que conflitarem com as medidas necessárias à execução da intervenção.

**§ 2º** O Interventor poderá requisitar, se necessário, os recursos financeiros, tecnológicos, estruturais e humanos do Estado do Rio de Janeiro afetos ao objeto e necessários à consecução do objetivo da intervenção.

**§ 3º** O Interventor poderá requisitar a quaisquer órgãos, civis e militares, da administração pública federal, os meios necessários para consecução do objetivo da intervenção.

**§ 4º** As atribuições previstas no art. 145 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro que não tiverem relação direta ou indireta com a segurança pública permanecerão sob a titularidade do Governador do Estado do Rio de Janeiro.

**§ 5º** O Interventor, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, exercerá o controle operacional de todos os órgãos estaduais de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição e no Título V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

**ART. 4º** Poderão ser requisitados, durante o período da intervenção, os



bens, serviços e servidores afetos às áreas da Secretaria de Estado de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, para emprego nas ações de segurança pública determinadas pelo Interventor.

**ART. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

## **2- ANÁLISE JURÍDICA DAS VIOLAÇÕES:**

### **I - INTRODUÇÃO**

Esse texto tem como objetivo relacionar as tipologias de violações de direitos cometidas por agentes da segurança pública no Rio de Janeiro identificadas pelo Circuito de Favelas por Direitos com o ordenamento jurídico.

Necessário ressaltar que as políticas de segurança pública configuram ações recorrentes e sistematizadas de violações de direitos cometidas por agentes públicos sob o argumento de controlar o tráfico de drogas e diminuir a violência na cidade do Rio de Janeiro, instigada por um medo veiculado na mídia. Tais violações têm lugar e sujeitos-alvos.

Desde a política de pacificação das favelas, o Rio vem observando uma gestão do território de forma militarizada até seu ápice com o controle da pasta de segurança pública em poder militar na forma do Decreto nº 9.288 de 16 de fevereiro de 2018. Dessa forma, o uso de armamentos de guerra (armas pesadas, tanques, caveirões e drones) e estratégias militares de

combate (troia, mapeamento da área por drones, fichamento das pessoas, invasão e destruição do domicílio, execuções em massa), a naturalização da presença de agentes de segurança armados nas ruas (especialmente de forma mais intensa e com equipamentos mais pesados em favelas) e manifestações públicas e a presença de agentes militares em espaços de definição de agendas de políticas públicas de segurança são justificadas para combater o crime. O “inimigo” que este estado militarizado vai atingir está majoritariamente nas favelas e periferias e possui a cor da pele negra.

O decreto da intervenção, no art. 2º, normatiza inclusive o caráter militar do cargo do Interventor que ficará responsável pela segurança pública do Rio de Janeiro. Apesar da intervenção federal, que está expressa nos artigos 34 e 35 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, não ter natureza militar, o decreto e o cenário que encontramos revela uma crescente militarização da vida.

Por fim, é necessário destacar dois dispositivos importantes da CRFB/1988 que devem reger todas as outras normas. O primeiro artigo constitucional estabelece princípios que fundamentam o Estado Democrático de Direito. Em seu inciso III, há o princípio da dignidade da pessoa humana. O artigo 60, § 4º, inciso IV, estabelece que os direitos e garantias individuais não poderão ser modificados, nem extintos, constituindo cláusula pétrea. Sendo assim, todas as violações de direitos mencionadas nessa tipologia e analisadas a seguir descumprem a Constituição, leis infraconstitucionais, tratados e declarações internacionais de direitos humanos, dos quais o Brasil é signatário..

## **II - MATRIZ DAS VIOLAÇÕES RECORRENTES**

### **1) VIOLAÇÃO EM DOMICÍLIO**

#### **1.1) OCUPAÇÃO/TROIA**

Os agentes de segurança pública, ao ocuparem ou se esconderem nas casas dos moradores com o fim de estabelecer postos de observação, estratégia chamada de “Tróia”, descumprem o que disciplina a Constituição Federal no Art. 5º, XI:

**ART. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

**XI** - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

#### **1.2) INVASÃO À DOMICÍLIO**

Se o agente de segurança pública ingressar no domicílio de algum morador, sem mandado judicial que o autorize expressamente, sem o intuito de efetuar prisão ou outra diligência, ou ainda, sem que algum crime esteja sendo praticado no local, ou na iminência de o ser, além de violar o dispositivo constitucional supracitado, pode incorrer no crime de violação de domicílio, previsto no Art. 150 do Código Penal.

**ART. 150.** - Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências:

**PENA - DETENÇÃO, DE 1 (UM) A 3 (TRÊS) MESES, OU MULTA.**

**§1º** - Se o crime é cometido durante a noite, ou em lugar ermo, ou com o emprego de violência ou de arma, ou por duas ou mais pessoas:

**PENA - DETENÇÃO, DE 6 (SEIS) MESES A 2 (DOIS) ANOS, ALÉM DA PENA CORRESPONDENTE À VIOLÊNCIA.**

Além disso, por tratar-se de funcionário público que comete um ato ilícito em desconformidade com o que prevê a lei, ou através de abuso de poder, a pena poderá ser aumentada, conforme prevê o §2º do mesmo artigo.

**§2º** - Aumenta-se a pena de um terço, se o fato é cometido por funcionário público, fora dos casos legais, ou com inobservância das formalidades estabelecidas em lei, ou com abuso do poder.

O domicílio também é protegido pelo direito internacional, no artigo 12 da Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) e no artigo 17 do PIDCP.

**ARTIGO 12** - Ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação.



**ART. 17 - 1.** Ninguém poderá ser objetivo de ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais às suas honra e reputação.

### **1.3) VIOLÊNCIA SEXUAL**

Chama atenção nos relatos dos moradores os casos de violência sexual contra mulheres, como estupro, assédios dentre outros. Se o agente de segurança pública violar a dignidade e integridade sexual de qualquer moradora, incorrerá em uma série de delitos, a depender das circunstâncias do caso.

Estupro

**ART. 213 -** Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso

Violação sexual mediante fraude

**ART. 215.** Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima

Importunação sexual

**ART. 215-A.** Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro

**ASSÉDIO SEXUAL**

**ART. 216-A.** Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.

**ESTUPRO DE VULNERÁVEL**

**ART. 217-A.** Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos

**1.4) DANO AO PATRIMÔNIO NA RESIDÊNCIA**

Se o agente de segurança pública causar algum dano ao patrimônio dos moradores, pode incorrer no crime de dano, previsto no art. 163 do Código Penal. Além disso, caso o crime seja cometido com violência ou grave ameaça ao morador, por motivo egoístico ou se o dano causar grande prejuízo, a pena do agente que cometeu o crime será maior.

**ART. 163. - DESTRUIR, INUTILIZAR OU DETERIORAR COISA ALHEIA:**

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Se o crime é cometido: (qualificadora)

**I** - com violência à pessoa ou grave ameaça;

**IV** - por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima:

**1.5) Subtração de bens**

Caso o agente de segurança pública subtraia algum bem dos moradores, poderá incorrer no crime de furto, previsto no art. 155 do Código Penal, ou de roubo, conforme o art. 157, caso haja emprego de violência ou ameaça.

#### Furto

Art. 155 - Subtrair para si ou para outrem coisa alheia móvel

#### Roubo

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

#### 1.6) Consumo e avaria de alimentos

Se o agente de segurança pública, após a invasão do domicílio do morador destrói os alimentos, poderá incorrer no crime de dano, previsto no art. 163 do Código Penal. No entanto, se o agente consome ou subtrai os alimentos dos moradores, poderá incorrer no crime de furto, previsto no art. 155 do Código Penal, ou de roubo, caso haja emprego de violência ou grave ameaça ao morador, conforme prevê o art. 157 do Código Penal. Foi relatada pelos moradores a prática comum de furto e roubo de iogurtes das geladeiras das casas invadidas pelos policiais.





**RELATÓRIO 2018**

# **CIRCUITO DE FAVELAS POR DIREITOS**

